



Relatório da Administração – 1T11

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano” ou “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme anunciado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, uma nova Administração do Panamericano assumiu suas funções naquela data, após a divulgação da informação de que haviam sido descobertas irregularidades e inconsistências contábeis no Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras até então publicadas refletissem sua real situação patrimonial, já havendo sido apuradas, naquela ocasião, perdas da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Tal prejuízo foi assumido pelo Grupo Sílvio Santos, então acionista controlador, através de depósito de igual montante feito perante a Companhia, à conta do qual seriam absorvidos os prejuízos apurados.

Em seguida, a nova Administração identificou irregularidades adicionais de R\$ 1,3 bilhão e a necessidade de outros ajustes contábeis não relacionados a inconsistências no valor de R\$ 0,5 bilhão. O montante final de perdas apurado foi, portanto, de R\$ 4,3 bilhões, situação na qual o então acionista controlador, em 31 de janeiro de 2011, aportou recursos adicionais no valor de R\$ 1,3 bilhão, utilizando-se dos mesmos instrumentos legais para crédito em conta de “Depósito de Acionista”. Além disso, outro R\$ 0,7 bilhão em créditos tributários foi ativado em consonância com o estudo de expectativa de realização, de modo a reforçar o equilíbrio patrimonial da Companhia.

Na mesma ocasião, conforme divulgado através de novo Fato Relevante publicado em 31 de janeiro de 2011, o acionista controlador, através da Sílvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade do controlador pelo preço de R\$ 450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. O efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$ 3,8 bilhões. Ainda na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”) celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das

principais condições do acordo anterior. Este novo acordo entrará em vigor quando estiver concluída a transferência do controle.

Tendo em vista a impropriedade dos sistemas contábeis e de controles internos então existentes, a nova Administração atuou, com o auxílio de consultores externos, na redefinição dos referidos sistemas e controles para torná-los compatíveis com as exigências normativas e as necessidades de uma instituição financeira. No entanto, dada a inviabilidade de se reconstituir, de forma apropriada, as demonstrações financeiras anteriores a novembro de 2010, a nova Administração não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um “balanço patrimonial especial de abertura”, com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia em 30 de novembro de 2010.

Como consequência, as informações trimestrais de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício a findar, respectivamente, em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estarão prejudicadas com relação à sua comparabilidade em relação às demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 30/03/2011, a Diretoria Colegiada do Bacen manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da Sílvio Santos Participações S.A. e BF Utilidades Domésticas Ltda.

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Os ajustes corretivos efetuados pela nova Administração no mês de novembro de 2010 tiveram reflexos sobre a estrutura de capital do Banco, resultando no desenquadramento em relação aos limites operacionais regulatórios (Índice de Basileia e Margem Operacional). Em decorrência deste fato, o então acionista controlador efetuou, em 09 de novembro de 2010 e 31 de janeiro de 2011, aportes de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. Estas medidas, somadas à ativação de R\$ 0,7 bilhão em créditos tributários, em consonância com o estudo de expectativa de realização, aos negócios realizados pelo Banco no trimestre e à realização de depósitos em conta vinculada, de acordo com a Resolução 3.398/06 do Conselho Monetário Nacional, restabeleceram a adequação do Banco aos limites regulatórios. O Patrimônio Líquido consolidado do Banco, que havia ficado em R\$ 19,2 milhões em dezembro de 2010, atingiu R\$ 1.395,3 milhões ao final do primeiro trimestre de 2011. Em 31/03/2011, o Índice de Basileia do Panamericano era de 13,45%, enquanto o valor da Margem Operacional era de R\$ 261 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O atual Conselho de Administração foi eleito em 26/11/2010, com 11 membros indicados pela CAIXAPAR e Fundo Garantidor de Créditos (“FGC”), sendo 3 deles independentes. A partir de então, foi reformulado o Comitê de Auditoria, ligado ao Conselho de Administração, com a troca de todos os seus integrantes e a revisão do seu escopo de atuação. Como consequência imediata, a Gerência Geral de Auditoria Interna, que atua de forma independente com reporte direto ao Comitê de Auditoria, também foi reestruturada com a contratação de profissionais experientes. Desde então, seus trabalhos têm estado focados na reavaliação dos processos, procedimentos e sistemas da Companhia.

A nova Diretoria Executiva, por sua vez, concentra seus esforços na melhoria dos padrões internos de governança, gerenciamento e controle. Entre suas ações iniciais, está a revisão da estrutura de comitês ligados à Diretoria, com o objetivo reforçar o perfil colegiado da tomada de decisões. Neste sentido, além da revitalização dos comitês já existentes, como o comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, cujo funcionamento é exigido por lei, e dos comitês de Ouvidoria, de Controles Internos, de Ativos e Passivos e de Crédito, foram criados também o Comitê de Gestão Operacional, que visa à implementação de negócios entre a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) e o Panamericano, com representantes do corpo diretor dos dois bancos, e o Comitê de Riscos, focado nas políticas de gerenciamento de riscos e no controle dos limites de exposição aos riscos de mercado e de crédito da carteira do Banco.

Reafirmamos nosso compromisso com a busca contínua e incessante de padrões de governança e gerenciamento de riscos que garantam a adequada identificação, mensuração, mitigação e reporte dos riscos incorridos pelo Banco, não nos restringindo ao cumprimento dos requisitos regulatórios. Nossas ações nesta área são pautadas pela conduta ética e pela busca da otimização da alocação do capital do Banco e de resultados perenes que sustentem nossa visão de futuro.

ACORDO OPERACIONAL

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional através do qual se compromete, pelo prazo de 8 anos, a apoiar as operações do Panamericano por meio da aquisição de direitos creditórios, bem como da aplicação em depósitos interfinanceiros do Banco. Este novo acordo entrará em vigor assim que estiver concluída a transferência do controle.

O Acordo Operacional anterior, firmado pela Caixa e pelo Panamericano em 26 de julho de 2010, que estabelece regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições, permanece válido em suas condições. Seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

AMBIENTE ECONÔMICO

Estimamos que o PIB tenha registrado um crescimento ao redor de 1,3% no 1º trimestre de 2011, com aceleração em relação ao trimestre anterior, quando foi registrada uma alta de 0,7%. Mesmo diante de medidas de restrição ao crédito e alguma moderação da confiança, a demanda privada seguiu em níveis elevados, ancorando-se no forte desempenho do mercado de trabalho. Os investimentos também devem ter tido um período de crescimento rápido, segundo indicadores preliminares. Nesse contexto, a produção industrial acelerou, após vários meses de relativa estabilidade.

A inflação se elevou no período, fruto do comportamento ainda desfavorável do preço dos alimentos, de forte concentração de reajustes de preços administrados e da aceleração da inflação de serviços. Nas contas externas, houve um aumento natural do déficit em conta-corrente, que seguiu sendo superado em larga medida pelas fontes de financiamento externo. Diante desse quadro, o real apreciou-se frente ao dólar, passando de R\$1,67/US\$ no final de 2010 para R\$1,63/US\$ no fim do 1º trimestre de 2011, ainda sustentado por termos de troca favoráveis e níveis relativamente baixos do risco-país.

A agenda econômica em 2011 deve, portanto, continuar priorizando o controle da inflação. O Banco Central tomou mais medidas de natureza macroprudencial ao longo do 1º trimestre, a fim de amortecer a expansão do crédito, e elevou a taxa Selic em 100 pontos-base no mesmo período. Enquanto isso, do lado fiscal, foram alcançados resultados expressivos, ainda que a meta de superávit primário em 2011 continue parecendo um objetivo desafiador. Espera-se que, no ciclo em curso, a taxa Selic seja elevada até 12,5% ao ano, embora seja possível que, caso se mostre necessário um grau maior de restrição, o ciclo de altas de juros se estenda um pouco mais e que seja complementado por medidas adicionais de caráter macroprudencial.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste cenário de contínuo crescimento econômico e inflação, que ocasionou a política monetária mais apertada e a adoção de outras medidas restritivas ao crédito no trimestre, a origem de ativos de

crédito do Banco e das empresas controladas, no segmento de varejo, teve produção média mensal de R\$ 575 milhões.

A Carteira Total de Crédito era de R\$ 10,2 bilhões ao final do primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$ 13,3 bilhões em dezembro de 2010. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 3,4 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$ 3,5 bilhões; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$ 2,3 bilhões, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$ 1,4 bilhão; e (iv) o saldo das operações de *leasing*, de R\$ 1,0 bilhão. A redução da carteira no trimestre se deveu, sobretudo, à cessão de direitos creditórios no valor de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões para o FGC, sem coobrigação. O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 88,0% da carteira retida.

O principal mercado de atuação continuou sendo o de financiamento de veículos, onde foram concedidos R\$ 985,9 milhões em novos financiamentos no trimestre, distribuídos entre R\$ 329,5 milhões em veículos leves, R\$ 284,9 milhões em motos e R\$ 371,5 milhões em veículos pesados. O Banco está presente em 25.802 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados, onde atua através de 1.102 contatos comerciais, entre próprios e terceiros. A estratégia para este mercado tem sido orientada pela busca de maior participação no segmento de veículos novos, com o objetivo de alcançar uma melhor relação entre risco e retorno da carteira.

No segmento de crédito às Pessoas Jurídicas (*Middle Market*), a carteira passou de R\$ 646 milhões em dezembro de 2010 para R\$ 442 milhões no final do trimestre, também predominantemente em função da cessão de créditos sem coobrigação, neste caso no valor de aproximadamente R\$ 140 milhões. Várias ações foram e estão sendo implementadas para a reestruturação da atuação neste segmento, tais como a readequação da equipe, a análise e revisão de todo o processo de originação, aprovação e formalização dos contratos e suas garantias, e ainda a implantação de um comitê semanal para discussão das diversas operações. Dado o objetivo de crescimento da carteira, além das medidas já mencionadas, uma política de perfil de crédito está sendo adotada para que se melhore a relação entre garantias, prazos e exposições.

Foram emitidos 292,6 mil novos cartões de crédito pelo Panamericano no trimestre, entre titulares e adicionais, nas bandeiras Visa e MasterCard, através de 578 pontos de venda e telemarketing ativo. A base de contas de cartões de crédito, distribuída entre institucionais e híbridos, cresceu 5,2% no período, atingindo volume total de 2,29 milhões de contas, com evolução de 2,8% no número de cartões por conta, de 1,44 em dezembro de 2010 para 1,48 em março de 2011. Desta forma, o crescimento da base total de cartões foi de 7,6%, saindo de 3,15 milhões para 3,39 milhões de plásticos ao longo do trimestre. Neste mesmo período, o valor transacionado com os cartões de crédito Panamericano somou o montante de R\$ 742,9 milhões.

Os recursos captados totalizaram R\$ 11,6 bilhões ao final de março de 2011. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, que correspondiam a 35,1% do total, ou R\$ 4,1 bilhões; (ii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco,

representando 12,3% do total, ou R\$ 1,4 bilhão; (iii) as Cessões de Crédito, com 30,5% do total ou R\$ 3,5 bilhões; e (iv) as Emissões Externas no valor de R\$ 1,8 bilhão, equivalentes a 15,9% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem adotando uma política de redução dos custos de captação e praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. No término do trimestre, os Depósitos a Prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos, com participação de 50,7%; (ii) pessoas jurídicas, com 18,0%; (iii) pessoas físicas, com de 16,9%; (iv) investidores institucionais, com 7,8%; e (v) instituições financeiras, com 6,7% de participação.

O Panamericano apresentou, no primeiro trimestre de 2011, um Lucro Líquido de R\$ 76,1 milhões no balanço consolidado, comparado ao prejuízo de R\$ 133,6 milhões no mês de dezembro de 2010.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Panamericano no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC, não relacionados à auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29/04/2011, o Panamericano, a MasterCard e a Rêv Worldwide lançaram no mercado brasileiro o primeiro cartão pré-pago multiuso, que pode ser usado para compras em toda rede MasterCard, além de oferecer funcionalidades de saque e transferência. O produto é exclusivo no mercado brasileiro e reúne características de praticidade e segurança para o portador, possibilitando à população não bancarizada, estimada em quase 40% da população brasileira, uma alternativa mais fácil e barata de acesso aos meios eletrônicos de pagamento.

O Bacen aprovou, no dia 04/05/2011, a eleição dos diretores eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de abril de 2011. Dessa forma, os Srs. José Luiz Acar Pedro (como Diretor Superintendente), Iuri Rapoport, Eduardo Nogueira Domeque, Leandro de Azambuja Micotti,

Paulo Alexandre da Graça Cunha e Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa passaram a integrar a Diretoria da Companhia, junto com os Srs. Mário Ferreira Neto, José Alfredo Lattaro e Eliel Teixeira de Almeida. Deixaram de exercer os cargos de diretores da Companhia os Srs. Celso Antunes da Costa, José Henrique Marques da Cruz, Ivan Dumont Silva, Raphael Rezende Neto e Celso Zanin.

Ao longo do segundo trimestre de 2011, deve ser concluída a transferência da totalidade das ações do Banco pertencentes à Sílvio Santos Participações S.A. e BF Utilidades Domésticas Ltda. para o BTG Pactual. Após terminada esta etapa, o BTG Pactual realizará uma Oferta Pública de Ações – OPA aos demais acionistas, na qual serão asseguradas as mesmas condições acordadas com o antigo acionista controlador. O BTG Pactual e a CAIXAPAR declararam que não têm a intenção, no prazo de 1 ano contado a partir de 31/01/2011, de cancelar o registro de companhia aberta do Panamericano.

Ainda em razão da mudança de controle, o Banco oferecerá aos detentores dos bônus sênior com vencimento em 26/10/2012 e 04/08/2015, cujas emissões totalizam, respectivamente, US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente os referidos bônus pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Para o exercício de tal opção, o Banco deverá informar aos detentores dos bônus a transferência do controle, no prazo de até 30 dias após a sua conclusão, fixando a data de resgate antecipado em até 45 dias após a data do aviso de mudança do controle.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010			31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		6.360.525	4.474.830	7.644.904	5.497.267	CIRCULANTE		5.249.232	6.354.922	6.775.011	7.737.113
Disponibilidades	4	967	7.560	3.366	9.222	Depósitos	15	2.259.160	3.270.878	2.257.327	3.267.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.435.303	1.067.900	1.996.392	636.184	Depósitos à vista		66.173	46.282	65.417	43.234
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.687.990	210.769	1.687.990	210.769	Depósitos interfinanceiros		274.763	804.224	274.763	804.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.b	747.313	857.131	308.402	425.415	Depósitos a prazo		1.918.224	2.420.372	1.917.147	2.419.712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	25.677	24.297	121.919	65.565	Captações no mercado aberto		194.606	21.903	19.997	2.001
Carteira própria		21.295	19.847	117.504	61.082	Carteira própria		174.609	-	19.902	-
Instrumentos financeiros e derivativos	6.c	4.382	4.450	4.382	4.450	Carteira de Terceiros		19.997	21.903	95	2.001
Outras aplicações		-	-	33	33	Recursos de aceites e emissão de títulos		14.602	15.979	14.602	15.979
Relações interfinanceiras		11.978	2.151	11.978	2.151	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17	14.602	15.979	14.602	15.979
Pagamentos e recebimentos a liquidar		7.952	-	7.952	-	Relações interfinanceiras		1.464.782	1.594.853	1.464.782	1.594.853
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		917	831	917	831	Recebimentos e pagamentos a liquidar		5.562	-	5.562	-
Correspondentes no país		3.109	1.320	3.109	1.320	Correspondentes no país	16	1.459.220	1.594.853	1.459.220	1.594.853
Relações interdependências		1.271	911	1.271	911	Relações interdependências		762	522	762	522
Transferências internas de recursos		1.271	911	1.271	911	Recursos em trânsito de terceiros		762	522	762	522
Operações de crédito	7	1.172.979	2.044.236	2.177.403	2.857.322	Instrumentos financeiros derivativos		252.307	253.259	252.307	253.259
Operações de crédito - setor privado		1.820.578	2.973.783	2.964.709	3.877.388	Instrumentos financeiros derivativos	6.c	252.307	253.259	252.307	253.259
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	(647.599)	(929.547)	(787.306)	(1.020.066)	Outras obrigações		1.063.013	1.197.528	2.765.234	2.603.329
Operações de arrendamento mercantil	7	-	-	309.484	327.392	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		14.774	5.707	14.774	5.707
Operações de arrendamento a receber		-	-	367.062	376.072	Sociais e estatutárias		5.183	5.183	5.183	5.183
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8	-	-	(57.578)	(48.680)	Fiscais e previdenciárias	19.a	33.930	20.951	35.179	24.724
Outros créditos		2.627.631	1.190.647	2.840.603	1.389.105	Provisões técnicas de seguros e previdência	22	-	-	148.641	129.385
Rendas a receber		6.036	5.491	6.036	5.491	Provisões técnicas de previdência complementar		-	-	80	86
Negociação e intermediação de valores		129	18.966	660	19.368	Negociação e intermediação de valores		-	-	6.393	19.119
Prêmios de seguros a receber		-	-	8.797	(999)	Dívidas subordinadas	18	35.498	24.657	35.498	24.657
Diversos	9	2.126.379	643.499	2.330.023	842.554	Diversas	19.b	973.628	1.141.030	2.519.486	2.394.468
Títulos e créditos a receber	7 e 9	521.552	546.848	521.552	546.848						
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8	(26.465)	(24.157)	(26.465)	(24.157)						
Outros valores e bens		84.719	137.128	182.488	209.415						
Outros valores e bens	10.a	180.553	192.657	193.368	207.837						
(Provisão para desvalorização)	10.a	(110.827)	(117.022)	(118.567)	(126.032)						
Despesas antecipadas	10.b	14.993	61.493	107.687	127.610						

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010			31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.068.313	6.833.077	5.687.436	7.630.994	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.851.693	5.007.638	5.206.726	5.413.023
Aplicação interfinanceira de liquidez		511.961	526.165	176.291	163.392	Depósitos	15	2.156.603	2.321.106	2.154.038	2.318.638
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.b	511.961	526.165	176.291	163.392	Depósitos interfinanceiros		10.863	12.639	10.863	12.639
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.118.596	1.549.780	993.425	500.279	Depósitos a prazo		2.145.740	2.308.467	2.143.175	2.305.999
Carteira própria		1.374.886	1.430.822	249.715	381.321	Captações no mercado aberto		116.502	114.530	116.502	114.530
Vinculados a compromissos de recompra		291.978	114.681	291.978	114.681	Carteira própria		116.502	114.530	116.502	114.530
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	6.429	4.277	6.429	4.277	Recursos de aceites e emissão de títulos		795.492	833.100	795.492	833.100
Vinculados a prestação de garantias	6	445.303	-	445.303	-	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17	795.492	833.100	795.492	833.100
Operações de crédito	7	1.061.509	3.316.821	2.198.804	4.490.229	Instrumentos financeiros derivativos		227.595	199.654	227.595	199.654
Operações de crédito - setor privado		1.061.509	3.316.821	2.198.804	4.490.229	Instrumentos financeiros derivativos	6.c	227.595	199.654	227.595	199.654
Operações de arrendamento mercantil	7	-	-	605.910	682.504	Outras obrigações		1.555.501	1.539.248	1.913.099	1.947.101
Operações de arrendamento a receber		-	-	605.910	682.504	Fiscais e previdenciárias	19.a	468.706	402.249	734.375	654.883
Outros créditos		1.335.965	1.339.990	1.573.300	1.574.044	Dívidas subordinadas	18	991.549	1.041.375	991.549	1.041.375
Diversos	9	1.335.965	1.339.990	1.573.300	1.574.044	Diversas	19.b	95.246	95.624	187.175	250.843
Outros valores e bens		40.282	100.321	139.706	220.546						
Despesas antecipadas	10.b	40.282	100.321	139.706	220.546						
PERMANENTE		249.156	255.215	46.562	46.272	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		129	3.545	129	3.545
Investimentos		232.181	238.791	1.147	1.221	Resultados de exercícios futuros		129	3.545	129	3.545
Participações em controladas	11	231.728	238.338	-	-	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	1.738	1.702
Outros investimentos	12	453	453	1.147	1.221	Participação de acionistas minoritários		-	-	1.738	1.702
Imobilizado de uso	13	8.367	8.702	36.750	37.300						
Imóveis de uso		-	-	141	140	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	1.576.940	197.017	1.395.298	19.150
Outras imobilizações de uso		37.427	38.047	67.904	68.524	Capital social:		1.108.091	1.108.091	1.108.091	1.108.091
(Depreciações acumuladas)		(29.060)	(29.345)	(31.295)	(31.364)	De domiciliados no país		1.021.590	1.020.428	1.021.590	1.020.428
Intangível	14	8.608	7.722	8.665	7.751	De domiciliados no exterior		86.501	87.663	86.501	87.663
Ativos intangíveis		16.024	14.579	16.870	15.387	Reservas de capital		172	172	172	172
(Amortizações acumuladas)		(7.416)	(6.857)	(8.205)	(7.636)	Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos		(11)	5	(11)	5
						Lucros / (Prejuízos) acumulados		468.688	(911.251)	287.046	(1.089.118)
TOTAL DO ATIVO		11.677.994	11.563.122	13.378.902	13.174.533	TOTAL DO PASSIVO		11.677.994	11.563.122	13.378.902	13.174.533

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	1º TRIMESTRE/2011	
		Banco	Consolidado
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.031.326</u>	<u>1.147.822</u>
Rendas de operações de crédito	25	993.168	1.058.295
Resultado de operações de arrendamento mercantil		-	51.053
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		38.140	38.456
Resultado de operação de câmbio		18	18
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(462.824)</u>	<u>(588.572)</u>
Operações de captação no mercado	26	(131.644)	(185.214)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b	(130.683)	(130.683)
Operações de empréstimos e repasses		(5)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(200.492)	(272.670)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>568.502</u>	<u>559.250</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(394.194)</u>	<u>(400.053)</u>
Receitas de prestação de serviços	36.e	34.862	38.782
Rendas de tarifas bancárias		51.358	51.358
Resultado de equivalência patrimonial	11	(6.610)	-
Receita de prêmios ganhos de seguros		-	34.186
Despesas de sinistros retidos		-	(27.473)
Despesas de pessoal	27	(10.753)	(15.340)
Outras despesas administrativas	28	(462.771)	(476.066)
Despesas tributárias	29	(47.891)	(53.061)
Outras receitas operacionais	30.a	72.743	83.072
Outras despesas operacionais	30.b	(25.132)	(35.511)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>174.308</u>	<u>159.197</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	36.b	<u>(36.844)</u>	<u>(36.208)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		<u>137.464</u>	<u>122.989</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20.f	<u>(57.525)</u>	<u>(46.788)</u>
Provisão para imposto de renda		(22.656)	(33.407)
Provisão para contribuição social		(13.597)	(14.573)
Ativo fiscal diferido		(21.272)	1.192
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		<u>-</u>	<u>(37)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE		<u><u>79.939</u></u>	<u><u>76.164</u></u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 244.343.940 ações em 2011 e 2010)		<u><u>0,33</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADASDEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	1º TRIMESTRE/2011	
	Banco	Consolidado
RECEITAS	524.925	568.903
Intermediação financeira	1.031.326	1.147.822
Prestação de serviços e tarifas bancárias	86.220	90.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(200.492)	(272.670)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	(392.129)	(396.389)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(262.332)	(315.902)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(56.357)	(59.460)
Materiais, energia e outros	(160)	(182)
Serviços de terceiros	(56.197)	(59.278)
VALOR ADICIONADO BRUTO	206.236	193.541
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(1.210)	(1.225)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	205.026	192.316
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(6.610)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(6.610)	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	198.416	192.316
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	198.416	192.316
Pessoal	8.955	12.857
Remuneração direta	7.683	10.652
Benefícios	637	1.292
FGTS	635	913
Impostos, taxas e contribuições	107.214	102.332
Federal	106.934	100.195
Estadual	1	2
Municipal	279	2.135
Remuneração de capitais de terceiros	2.308	926
Aluguéis	2.308	926
Remuneração de capitais próprios	79.939	76.201
Lucros retidos	79.939	76.164
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.108.091	172	5	(911.251)	197.017
Aporte de recursos de acionista (nota 23.e)				1.300.000	1.300.000
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	(16)	-	(16)
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	79.939	79.939
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	<u>1.108.091</u>	<u>172</u>	<u>(11)</u>	<u>468.688</u>	<u>1.576.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADASDEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	1º TRIMESTRE/2011	
	Banco	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	79.939	76.164
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	1.210	1.225
(Reversão) de provisão para desvalorização de bens não uso próprio	(6.195)	(7.509)
(Reversão) Provisão para contingências	(377)	3.237
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	37.227	37.227
Equivalência patrimonial	6.610	-
Resultado dos acionistas minoritários	-	37
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	200.492	272.670
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	57.525	46.788
Variação de ativos e passivos:		
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	6.070	(15.720)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(568.112)	(549.499)
(Aumento) em relações interdependências	(120)	(120)
Redução em operações de crédito	2.832.124	2.589.425
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	103.400
(Aumento) em outros créditos	(1.430.651)	(1.450.753)
Redução em outros valores e bens	106.539	100.762
(Redução) em depósitos	(1.176.220)	(1.174.442)
Aumento em captações no mercado aberto	174.675	19.968
(Redução) em relações interfinanceiras	(139.898)	(139.898)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(137.180)	104.080
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	24.905	24.905
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(3.416)	(3.416)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	65.147	57.787
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de imobilizado de uso	122	414
Alienação no intangível	50	50
Alienação de bens não de uso próprio	174.191	184.798
Aquisição de investimentos	-	(15)
Aquisição de imobilizado de uso	(438)	(438)
Aplicações no intangível	(1.495)	(1.495)
Aquisição de bens não de uso próprio	(106.931)	(114.036)
Variação nas participações minoritárias	-	37
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	65.499	69.315
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aporte de recursos de acionista	1.300.000	1.300.000
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(38.985)	(38.985)
(Redução) de dívidas subordinadas	(38.985)	(38.985)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.222.030	1.222.030
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.352.676	1.349.132
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	386.597	395.433
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (nota explicativa nº 4)	1.739.273	1.744.565
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.352.676	1.349.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco PanAmericano S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes a 31 de Março de 2011*

BANCO PANAMERICANO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES A 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais - DPVAT. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “funding” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de operação de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para os fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. O procedimento de cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento da receita destas operações. Estes resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras do Banco, dentro das receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações de FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.

Em 31 de março de 2011, e em complemento ao Fato Relevante de 31 de janeiro de 2011, o Banco Panamericano comunicou aos seus acionistas e aos investidores em geral que a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (“BACEN”), em sessão de 30 de março de 2011, manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle da Companhia, com a entrada do Banco BTG Pactual S.A. em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e BF Utilidades Domésticas Ltda. A conclusão da operação será oportunamente comunicada ao mercado, uma vez verificadas as demais condições precedentes pactuadas entre as partes e a homologação dos órgãos competentes.

A composição acionária no Banco Panamericano, após a conclusão da operação, passará a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.323	51,00	24.712.286	21,97	91.971.609	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixapar	64.621.695	49,00	24.712.286	21,97	89.333.981	36,56
Conselho de Administração	10	-	-	-	10	-
Mercado	-	-	<u>63.038.340</u>	<u>56,06</u>	<u>63.038.340</u>	<u>25,80</u>
Total	<u>131.881.028</u>	<u>100,00</u>	<u>112.462.912</u>	<u>100,00</u>	<u>244.343.940</u>	<u>100,00</u>

Após a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual S.A. exercerão o controle acionário do Banco Panamericano.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco PanAmericano, com a interveniência do Banco BTG Pactual S.A., firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de

aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões). Ressaltamos que não haverá qualquer subsídio implícito nessas operações;

O BTG Pactual deverá realizar oferta pública de ações – OPA aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações ao ex-acionista controlador, comprometendo-se a não fechar o capital da instituição pelo prazo de 1 (um) ano.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações contábeis trimestrais individuais do Banco Panamericano S.A. (“Banco”) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios (“Consolidado”), e foram elaboradas com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicável.

Essas informações contábeis trimestrais foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e irregularidades adicionais e outros ajustes constatados pela atual Administração, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do Banco.

A administração que tomou posse em 9 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das inadequadas práticas e procedimentos irregulares utilizados no passado, estaria prejudicando toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induzindo a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções retro-mencionadas. Obteve-se então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Consequentemente, os gestores atuais reconhecem a inadequação e enfatizam a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010, estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- (a) Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
- (b) Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas;

- (c) Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controle interno até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis retro referidos se referem a períodos anteriores.

Pelo exposto, as informações trimestrais – ITR's e IFT's, de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício a findar em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estarão prejudicadas com relação à sua comparabilidade, em relação às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, também, em função dos aspectos anteriormente mencionados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08.
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08.
3. CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologadas pela Resolução BACEN nº 3.750/09.
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

As Informações Trimestrais – ITR consolidadas e individuais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, foram aprovadas pelo conselho de administração e diretoria em 13 de maio de 2011.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são as seguintes:

	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
	%	%
<u>Controlada direta</u>		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A.	98,75	98,75
<u>Controlada indireta</u>		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,01	99,01
<u>Entidades de Propósito Específico – EPEs</u>		
Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Autopan FIDC”) (a)	100,00	100,00
Máster Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Master Pan FIDC”) (a)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF – Multisegmentos (“FIDC FF”) (a)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (a) (b)	100,00	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07.

(b) Fundo constituído em Dezembro de 2010.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras Obrigações – Diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de

investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas no Fundo, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi reclassificada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de eliminar seu efeito no custo de captação.

As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

Empresas Controladas – Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Direta				Indireta	
	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.		Panamericana de Seguros S.A.		Panamericano Adm. de Consórcio Ltda.	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Ativo						
Circulante	154.885	163.198	54.905	60.177	1.911	2.923
Realizável a longo prazo	268.259	274.571	240.201	207.716	26.857	25.171
Permanente	<u>1.704.498</u>	<u>1.797.427</u>	<u>38.918</u>	<u>38.636</u>	<u>134</u>	<u>111</u>
Total do ativo	<u>2.127.642</u>	<u>2.235.196</u>	<u>334.024</u>	<u>306.529</u>	<u>28.902</u>	<u>28.205</u>
Passivo						
Circulante	798.866	803.011	171.313	148.840	6.338	6.475
Exigível a longo prazo	1.232.474	1.326.246	25.548	23.589	10.007	9.891
Patrimônio líquido	<u>96.302</u>	<u>105.939</u>	<u>137.163</u>	<u>134.100</u>	<u>12.557</u>	<u>11.839</u>
Total do passivo	<u>2.127.642</u>	<u>2.235.196</u>	<u>334.024</u>	<u>306.529</u>	<u>28.902</u>	<u>28.205</u>
Demonstração do Resultado	<u>1º Trimestre/2011</u>		<u>1º Trimestre/2011</u>		<u>1º Trimestre/2011</u>	
Resultado bruto da intermediação financeira	(5.985)		5.005		516	
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.515)		(855)		405	
Resultado de equivalência patrimonial	151		567		-	
Resultado não operacional	627		-		9	
Imposto de renda e contribuição social	10.085		(1.653)		(212)	
Lucro (Prejuízo) do período	<u>(9.637)</u>		<u>3.064</u>		<u>718</u>	

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) – Considerando-se que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas no Ofício-Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras Consolidadas.

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados, os quais possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Autopan Pan FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Master Pan FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC FF	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate de cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, o pagamento será realizado no primeiro dia útil subsequente; contudo se não houver liquidez suficiente na data do pagamento, poderá ser proposto ao cotista Sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.
FIDC F BP	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

<u>Fundos</u>	<u>%</u>
Autopan FIDC	108
Master Pan FIDC	112
FIDC FF	SELIC + 2% a.a.
FIDC F BP – Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o patrimônio líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

<u>Fundos</u>	<u>%</u>
Autopan FIDC	130
Master Pan FIDC (a)	130
FIDC FF	125
FIDC F BP – Financeiro	80

(a) Em Assembléia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16 de março de 2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31 de março de 2011, o Banco havia subscrito o montante de R\$873.311 de um total em R\$1.078.024 (em dezembro de 2010, R\$853.386 e R\$1.052.147, respectivamente).

A diferença do patrimônio líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não há previsão de coobrigação do Banco Panamericano S.A. nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o Autopan FIDC e o Master Pan FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

No 1º Trimestre de 2011 e no exercício de 2010, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$379.707 e R\$1.561.583, respectivamente, sem coobrigação. As operações de cessões de crédito geraram resultado no 1º trimestre de 2011, no Banco, no montante de R\$79.018, o qual foi integralmente reconhecido no resultado individual do período na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Autopan FIDC, no Master Pan FIDC, F BP Financeiro e no FIDC FF, o Banco reconheceu no 1º trimestre de 2011, despesa de R\$15.776, registrado contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual.

V. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

Ativo	31 de março de 2011			
	Autopan FIDC	Master Pan FIDC	F BP Financeiro	FF Multiseg
Disponibilidades	6	2	1	1
Títulos públicos federais	50.349	124.260	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	49.216	15.235
Direitos creditórios	378.149	1.587.310	702.473	189.398
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(8.045)	(33.383)	(19.325)	(140.119)
Outros valores	-	-	400	131
Total do ativo	<u>420.459</u>	<u>1.678.189</u>	<u>732.765</u>	<u>64.646</u>
Passivo				
Outras obrigações	257	1.055	2.221	12.749
Patrimônio líquido	<u>420.202</u>	<u>1.677.134</u>	<u>730.544</u>	<u>51.897</u>
Cotas seniores	102.653	599.110	584.979	-
Cotas subordinadas	317.549	873.311	145.565	51.897
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	<u>204.713</u>	-	-
Total do passivo	<u>420.459</u>	<u>1.678.189</u>	<u>732.765</u>	<u>64.646</u>
	31 de dezembro de 2010			
Ativo	Autopan FIDC	Master Pan FIDC	F BP Financeiro	FF Multiseg
Disponibilidades	30	420	1	1
Títulos públicos federais	19.902	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.444	1.067
Direitos creditórios	415.661	1.742.536	317.096	208.418
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(2.763)	(11.083)	(1.585)	(135.375)
Outros valores	<u>588</u>	<u>2.148</u>	<u>197</u>	<u>350</u>
Total do ativo	<u>433.418</u>	<u>1.734.021</u>	<u>317.153</u>	<u>74.461</u>
Passivo				
Outras obrigações	299	22.207	48.956	30
Patrimônio líquido	<u>433.119</u>	<u>1.711.814</u>	<u>268.197</u>	<u>74.431</u>
Cotas seniores	118.279	659.667	215.534	10.590
Cotas subordinadas	314.840	853.386	52.663	63.841

Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	198.761	-	-
Total do passivo	<u>433.418</u>	<u>1.734.021</u>	<u>317.153</u>	<u>74.461</u>

(*) Cotas de terceiros

- a) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2011.

	Mar/2011	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Banco	1.576.940	79.939
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:		
Lucro não realizado nas cessões	(453.591)	(18.556)
Registro das despesas de comissão s/créditos cedidos	136.886	12.264
Impostos diferidos (*)	<u>135.063</u>	<u>2.517</u>
Consolidado	<u>1.395.298</u>	<u>76.164</u>

(*) Inclui o PIS e a COFINS sobre os lucros não realizados.

- VI. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos, até o limite destas.

- VII. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Em 31 de março de 2011, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$1.388.322 (R\$1.284.730 em 31 de dezembro de 2010), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios contábeis adotados são os seguintes:

- a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços através dos índices pactuados.

Os prêmios de seguros e cosseguros, e suas respectivas comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro e suas respectivas comissões, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguro, e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, no período de cobertura do risco, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e da despesa de comercialização diferida. As operações de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB – Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

- b) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Panamericano.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08 para os títulos detidos por Seguradora e são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período/mês, quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap” e são avaliadas de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente e apropriados ao resultado como receita ou despesa “pro rata” até as datas dos balanços, em conformidade à Circular BACEN nº 3.082/02.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para créditos e para arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo – perda). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado nas cessões de operações de crédito é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados através da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros.

i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

j) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

l) Ativo intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

m) Créditos tributários

Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas vigentes na data dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes impostos. Até 31 de março de 2011, foi constituído crédito tributário de contribuição social à alíquota de 15% apenas para as adições temporárias originadas a partir de maio de 2008, até o limite das obrigações de contribuição social correspondentes, em virtude do Banco estar questionando judicialmente a majoração da alíquota.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”

p) Práticas contábeis específicas da Panamericana de Seguros S.A.

Provisões técnicas – Seguros e Resseguros

- Provisões de prêmios não ganhos

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, de 26 de dezembro de 2006, alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09 pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09 e Circular SUSEP nº282/05. A partir de 2008, passou a ser contabilizada na conta de provisões técnicas no passivo circulante.

- Provisão complementar de prêmios

A provisão complementar de prêmios (PCP), é calculada “pro rata die”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

- Sinistros a liquidar

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, e atualizada monetariamente nos termos da legislação. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

- Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em nota técnica atuarial. A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- Provisão para insuficiência de prêmios – PIP

A provisão para insuficiência de prêmios (PIP), é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial encaminhada à SUSEP, na avaliação atuarial. A aplicação dos critérios estabelecidos nesta nota não resultou em provisão a constituir.

q) Práticas contábeis específicas da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

- A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, a comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.
- As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos tem aplicações, e estão apresentadas no grupo “outras obrigações – diversas”, no consolidado.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, são demonstrados pelo valor atualizado até as datas dos balanços. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº25, emitidos pelo CPC, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

t) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, integralizado nas datas das demonstrações financeiras.

u) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$240 no exercício. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das informações contábeis trimestrais exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	Mar/11	Dez/2010	Mar/11	Dez/2010
Disponibilidades				
Em moeda nacional	899	7.392	3.298	9.054
Em moeda estrangeira	<u>68</u>	<u>168</u>	<u>68</u>	<u>168</u>
Total Disponibilidades (caixa)	<u>967</u>	<u>7.560</u>	<u>3.366</u>	<u>9.222</u>
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (*)	1.738.306	379.037	1.738.306	379.037
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	222	6.071
Fundos de Renda Fixa	-	-	<u>2.671</u>	<u>1.103</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>1.739.273</u>	<u>386.597</u>	<u>1.744.565</u>	<u>395.433</u>

(*) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de março de 2011

	Banco e Consolidado	
	Valor contábil	
	Até 30 dias	Total
Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	697.995	697.995
Letras do Tesouro Nacional – LTN	350.000	350.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	<u>619.998</u>	<u>619.998</u>
Subtotal	<u>1.667.993</u>	<u>1.667.993</u>
Posição Financiada		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	19.997	19.997
Subtotal	<u>19.997</u>	<u>19.997</u>
Total Aplicações no Mercado Aberto	<u>1.687.990</u>	<u>1.687.990</u>

Em 31 de dezembro de 2010

	Banco e Consolidado	
	Valor contábil	
	Até 30 dias	Total
Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	65.025	65.025
Letras do Tesouro Nacional – LTN	108.851	108.851
Notas do Tesouro Nacional – NTN	<u>15.005</u>	<u>15.005</u>
Subtotal	<u>188.881</u>	<u>188.881</u>
Posição Financiada		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	21.888	21.888
Subtotal	<u>21.888</u>	<u>21.888</u>
Total Aplicações no Mercado Aberto	<u>210.769</u>	<u>210.769</u>

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Prazo	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2011	Mar/2011	Dez/2011
Até 30 dias	84.871	214.446	54.015	174.230
De 31 a 90 dias	115.362	109.792	51.042	25.668
De 91 a 180 dias	222.011	147.569	168.569	50.215
De 181 a 360 dias	325.069	385.324	34.776	175.302
Acima de 360 dias	<u>511.961</u>	<u>526.165</u>	<u>176.291</u>	<u>163.392</u>
Total	<u>1.259.274</u>	<u>1.383.296</u>	<u>484.693</u>	<u>588.807</u>
Circulante	747.313	857.131	308.402	425.415
Longo prazo	511.961	526.165	176.291	163.392

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	222	10.330
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	9.746	170.629	249.715	381.321
Cotas de fundos de investimento (*)	1.365.599	1.260.646	96.446	31.358
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	269	266	269	266
Ações em companhias abertas	<u>20.567</u>	<u>19.128</u>	<u>20.567</u>	<u>19.128</u>
Subtotal	<u>1.396.181</u>	<u>1.450.669</u>	<u>367.219</u>	<u>442.403</u>
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	<u>291.978</u>	<u>114.681</u>	<u>291.978</u>	<u>114.681</u>
Subtotal	<u>291.978</u>	<u>114.681</u>	<u>291.978</u>	<u>114.681</u>
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	<u>445.303</u>	-	<u>445.303</u>	-
Subtotal	<u>445.303</u>	-	<u>445.303</u>	-
Outras aplicações	-	-	33	33
Subtotal	-	-	33	33
Total de títulos e valores mobiliários	<u>2.133.462</u>	<u>1.565.350</u>	<u>1.104.533</u>	<u>557.117</u>
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de “swap”	<u>10.811</u>	<u>8.727</u>	<u>10.811</u>	<u>8.727</u>
Total de instrumentos financeiros derivativos	<u>10.811</u>	<u>8.727</u>	<u>10.811</u>	<u>8.727</u>
Total geral	<u>2.144.273</u>	<u>1.574.077</u>	<u>1.115.344</u>	<u>565.844</u>

(*) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Master Panamericano FIDC Originários de CDC Veículos (i)	873.311	853.386	-	-
Autopan FIDC Originários de CDC Veículos (i)	317.549	314.840	-	-
FIDC FF Multisegmentos (ii)	28.715	39.304	-	-
FIDC F BP – Financeiro (ii)	145.565	52.663	-	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI35 (ii)	459	453	459	453
Outros fundos	-	-	<u>95.987</u>	<u>30.905</u>
Total	<u>1.365.599</u>	<u>1.260.646</u>	<u>96.446</u>	<u>31.358</u>

(i) Em 28 de fevereiro de 2011 o Fundo passou a ser administrado pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA”).

(ii) Fundos administrados pela BEM – DTVM Ltda.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores, celebrados com o Banco. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição da carteira desses fundos, integralmente, os efeitos dos resultados negativos da carteira dos fundos, até o limite do seu patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da administração em mantê-los em carteira, os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo.

b) Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a composição dos títulos por vencimentos e por classificação, está assim demonstrada:

Banco					
Mar/2011					
	Valor contábil				Valor de mercado
	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Títulos mantidos até o vencimento:					
Cotas de fundos de investimento	459		1.365.140	1.365.599	1.365.599
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	<u>269</u>	-	-	269	<u>269</u>
Total mantidos até o vencimento	<u>728</u>	-	<u>1.365.140</u>	<u>1.365.868</u>	<u>1.365.868</u>
Títulos para negociação:					
Ações em companhias abertas	<u>20.567</u>	-	-	<u>20.567</u>	<u>20.567</u>
Total para negociação	<u>20.567</u>	-	-	<u>20.567</u>	<u>20.567</u>
Títulos disponíveis para venda:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	<u>106</u>	<u>9.640</u>	<u>9.746</u>	<u>9.746</u>
Vinculados à operações compromissadas:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	<u>67.725</u>	<u>224.253</u>	<u>291.978</u>	<u>291.978</u>
Vinculados à prestação de garantias:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	<u>2.567</u>	<u>442.736</u>	<u>445.303</u>	<u>445.303</u>
Total disponível para venda	-	<u>70.398</u>	<u>676.629</u>	<u>747.027</u>	<u>747.027</u>
Total	<u>21.295</u>	<u>70.398</u>	<u>2.041.769</u>	<u>2.133.462</u>	<u>2.133.462</u>
Consolidado					
Mar/2011					
	Valor contábil				Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Títulos mantidos até o vencimento:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	15.374	15.374
Cotas de fundos de investimento	459	-	-	-	459
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	<u>269</u>	-	-	-	<u>269</u>
Total mantidos até o vencimento	<u>728</u>	-	-	<u>15.374</u>	<u>16.102</u>
Títulos para negociação:					
Cotas de fundos de investimento	95.987	-	-	-	95.987
Ações em companhias abertas	<u>20.567</u>	-	-	-	<u>20.567</u>
Total para negociação	<u>116.554</u>	-	-	-	<u>116.554</u>
Títulos disponíveis para venda:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	162.427	71.914	234.341
Vinculados à operações compromissadas:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	67.725	224.253	291.978
Vinculados à prestação de garantias:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.567	442.736	445.303
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	<u>222</u>	-	-	<u>222</u>
Subtotal	-	<u>222</u>	<u>232.719</u>	<u>738.903</u>	<u>971.844</u>
Outras aplicações	-	<u>33</u>	-	-	<u>33</u>
Total disponível para venda	-	<u>33</u>	-	-	<u>33</u>
Total	<u>117.282</u>	<u>255</u>	<u>232.719</u>	<u>754.277</u>	<u>1.104.533</u>
Banco					
Dez/2010					
	Valor contábil				Valor de mercado
	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Títulos mantidos até o vencimento:					
Cotas de fundos de investimento	453	-	1.260.193	1.260.646	1.260.646
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	<u>266</u>	-	-	266	<u>266</u>
Total mantidos até o vencimento	<u>719</u>	-	<u>1.260.193</u>	<u>1.260.912</u>	<u>1.260.912</u>
Títulos para negociação:					
Ações em companhias abertas	<u>19.128</u>	-	-	<u>19.128</u>	<u>19.128</u>

Total para negociação	<u>19.128</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.128</u>	<u>19.128</u>
Títulos disponíveis para venda:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>-</u>	<u>16.237</u>	<u>154.392</u>	<u>170.629</u>	<u>170.629</u>
Vinculados a operações compromissadas:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>-</u>	<u>36.446</u>	<u>78.235</u>	<u>114.681</u>	<u>114.681</u>
Total disponível para venda	<u>-</u>	<u>52.683</u>	<u>232.627</u>	<u>285.310</u>	<u>285.310</u>
Total	<u>19.847</u>	<u>52.683</u>	<u>1.492.820</u>	<u>1.565.350</u>	<u>1.565.350</u>

Consolidado						
Dez/2010						
	Valor contábil				Total	Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos		Total
Títulos mantidos até o vencimento:						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	14.951	14.951	14.951
Cotas de fundos de investimento	453	-	-	-	453	453
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	266	-	-	-	266	266
Total mantidos até o vencimento	<u>719</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.951</u>	<u>15.670</u>	<u>15.670</u>
Títulos para negociação:						
Cotas de fundos de investimento	30.905	-	-	-	30.905	30.905
Ações em companhias abertas	19.128	-	-	-	19.128	19.128
Total para negociação	<u>50.033</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.033</u>	<u>50.033</u>
Títulos disponíveis para venda:						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	126.038	240.332	366.370	366.370
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	10.330	-	-	10.330	10.330
Outras aplicações	-	33	-	-	33	33
Vinculados a operações compromissadas:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	36.446	78.235	114.681	114.681
Total disponível para venda	<u>-</u>	<u>10.363</u>	<u>162.484</u>	<u>318.567</u>	<u>491.414</u>	<u>491.414</u>
Total	<u>50.752</u>	<u>10.363</u>	<u>162.484</u>	<u>333.518</u>	<u>557.117</u>	<u>557.117</u>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

c) Instrumentos financeiros (Banco e consolidado)

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

Os riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

Risco de crédito

Riscos decorrentes da possibilidade de perda devido à não realização ou recebimento dos créditos relativos aos instrumentos financeiros derivativos. O gerenciamento desses riscos deve estar disciplinado por políticas que objetivam a segurança, qualidade e liquidez dos ativos e, conseqüentemente, preservação da liquidez e integridade desses com a definição de limites específicos para essas operações.

Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do conglomerado. Esses riscos são gerenciados por meio de metodologias aderentes as melhores práticas, o que permite que as decisões estratégicas do conglomerado sejam

tomadas com grau de confiança adequado. O conglomerado tem como política o acompanhamento diário da gestão das carteiras.

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices INPC, IPCA, IGPM, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

Risco de liquidez

Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos dos recebimentos dos ativos de crédito e aplicações financeiras em comparação aos pagamentos das obrigações assumidas. A gestão desse risco deve estar normatizada, havendo acompanhamento diário dessa posição.

Risco de capital

O gerenciamento da estrutura de capital deve buscar a otimização da relação risco e retorno, alocando o capital em ativos de maior rentabilidade e menores riscos. O conglomerado tem por definição maximizar a utilização do seu capital, procurando obter a eficiência na composição dos fatores que impactam seu capital e limites operacionais.

Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se as informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “swap”, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Banco e Consolidado			
	Mar/2011		Dez/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<u>Indexador</u>				
“Swap”				
Diferencial a receber	10.811	10.811	8.727	8.727
Diferencial a pagar	<u>(479.902)</u>	<u>(479.902)</u>	<u>(452.913)</u>	<u>(452.913)</u>
Total líquido	<u>(469.091)</u>	<u>(469.091)</u>	<u>(444.186)</u>	<u>(444.186)</u>

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar. Todas as posições detidas negociadas em balcão são:

Banco e Consolidado								
Mar/2011								
Indexador	Valor de referência	Valor contábil					Total	Valor de Mercado
		Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
"Swap"								
Posição ativa:								
Dólar	176.323	-	-	-	-	3.013	3.013	3.013
Prefixado	229.294	107	192	3.810	273	3.416	7.798	7.798
Dólar	<u>1.698.411</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>2.104.028</u>	<u>107</u>	<u>192</u>	<u>3.810</u>	<u>273</u>	<u>6.429</u>	<u>10.811</u>	<u>10.811</u>
Posição passiva:								
Prefixado	176.323	-	-	(244.916)	-	-	(244.916)	(244.916)
DI	229.294	-	-	-	(10)	(2.690)	(2.700)	(2.700)
DI	<u>1.698.411</u>	<u>(3.164)</u>	<u>-</u>	<u>(948)</u>	<u>(3.269)</u>	<u>(224.905)</u>	<u>(232.286)</u>	<u>(232.286)</u>
Subtotal	<u>2.104.028</u>	<u>(3.164)</u>	<u>-</u>	<u>(245.864)</u>	<u>(3.279)</u>	<u>(227.595)</u>	<u>(479.902)</u>	<u>(479.902)</u>
Total a pagar		<u>(3.057)</u>	<u>192</u>	<u>(242.054)</u>	<u>(3.006)</u>	<u>(221.166)</u>	<u>(469.091)</u>	<u>(469.091)</u>

Banco e Consolidado								
Dez/2010								
Indexador	Valor de referência	Valor contábil					Total	Valor de Mercado
		Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
"Swap"								
Posição ativa:								
Dólar	187.166	-	-	-	-	-	-	-
Prefixado	247.622	116	226	287	3.821	3.729	8.179	8.179
Dólar	<u>1.722.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>548</u>	<u>548</u>	<u>548</u>
Subtotal	<u>2.157.585</u>	<u>116</u>	<u>226</u>	<u>287</u>	<u>3.821</u>	<u>4.277</u>	<u>8.727</u>	<u>8.727</u>
Posição Passiva:								
Prefixado	187.166	(13.376)	-	-	(231.427)	-	(244.803)	(244.803)
DI	247.622	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)	(1.441)
DI	<u>1.722.797</u>	<u>-</u>	<u>(1.247)</u>	<u>(3.306)</u>	<u>(3.903)</u>	<u>(198.213)</u>	<u>(206.669)</u>	<u>(206.669)</u>
Subtotal	<u>2.157.585</u>	<u>(13.376)</u>	<u>(1.247)</u>	<u>(3.306)</u>	<u>(235.330)</u>	<u>(199.654)</u>	<u>(452.913)</u>	<u>(452.913)</u>
Total a pagar		<u>(13.260)</u>	<u>(1.021)</u>	<u>(3.019)</u>	<u>(231.509)</u>	<u>(195.377)</u>	<u>(444.186)</u>	<u>(444.186)</u>

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, estão assim compostos:

Banco e Consolidado		
Mar/2011		
	Receita	Despesa
"Swap"	<u>111.686</u>	<u>(242.369)</u>
Total	<u>111.686</u>	<u>(242.369)</u>
		<u>(130.683)</u>

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As informações sobre a carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	Banco			
	Mar/2011	%	Dez/2010	%
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	641.059	18,84	2.926.338	42,80
Empréstimos em consignação	897.818	26,38	1.116.145	16,32
Financiamento a titulares de cartões de crédito (**)	475.883	13,98	671.363	9,82
Renegociações	187.931	5,52	593.289	8,68
Capital de giro	275.115	8,08	315.297	4,61
Conta garantida	162.415	4,77	310.483	4,54
Direitos creditórios adquiridos	186.801	5,49	256.720	3,75
Financiamento a titulares de cartões de créditos de terceiros (*)	42.773	1,26	67.383	0,99
Títulos descontados	4.423	0,13	20.241	0,30
Cheque especial	6.889	0,20	12.483	0,18
Outros	980	0,03	862	0,01
Total das operações de crédito	<u>2.882.087</u>	<u>84,68</u>	<u>6.290.604</u>	<u>92,00</u>
Outros créditos	<u>521.552</u>	<u>15,32</u>	<u>546.848</u>	<u>8,00</u>
Total	<u>3.403.639</u>	<u>100,00</u>	<u>6.837.452</u>	<u>100,00</u>

	Consolidado			
	Mar/2011	%	Dez/2010	%
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	2.922.485	43,90	5.003.351	50,17
Empréstimos em consignação	897.818	13,49	1.116.145	11,19
Operações de arrendamento mercantil	972.972	14,61	1.058.576	10,62
Financiamento a titulares de cartões de crédito (**)	475.883	7,15	671.363	6,73
Renegociações	187.931	2,82	593.289	5,95
Capital de giro	275.115	4,13	315.297	3,16
Conta garantida	162.415	2,44	310.483	3,11
Direitos creditórios adquiridos	186.801	2,81	256.720	2,57
Financiamento a titulares de cartões de créditos de terceiros (*)	42.773	0,64	67.383	0,68
Títulos descontados	4.423	0,07	20.241	0,20
Cheque especial	6.889	0,10	12.483	0,13
Outros	980	0,01	862	0,01
Total das operações de crédito e de arrendamento mercantil (***)	<u>6.136.485</u>	<u>92,17</u>	<u>9.426.193</u>	<u>94,52</u>
Outros créditos	<u>521.552</u>	<u>7,83</u>	<u>546.848</u>	<u>5,48</u>
Total	<u>6.658.037</u>	<u>100,00</u>	<u>9.973.041</u>	<u>100,00</u>

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito administrados pela Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

(**) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard, administrados pelo Banco.

(***) Registrado a valor presente.

No 1º trimestre de 2011, ocorreram operações de cessão de crédito, sendo as principais, cessões efetuadas ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC, sem coobrigação, em 31 de janeiro e 31 de março de 2011, nos montantes, de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,0 bilhão, respectivamente.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento:

Prazo	Banco			
	Mar/2011		Dez/2010	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	620.823	18,24	867.587	12,69
A vencer				
A vencer até 30 dias	770.087	22,62	791.167	11,57
De 31 a 60 dias	126.930	3,73	209.926	3,07
De 61 a 90 dias	122.852	3,61	205.603	3,01
De 91 a 180 dias	284.252	8,35	622.303	9,10
De 181 a 360 dias	417.186	12,26	824.045	12,05
Acima de 360 dias	<u>1.061.509</u>	<u>31,19</u>	<u>3.316.821</u>	<u>48,51</u>
Total	<u>3.403.639</u>	<u>100,00</u>	<u>6.837.452</u>	<u>100,00</u>
Circulante	2.342.130	68,81	3.520.631	51,49
Longo prazo	1.061.509	31,19	3.316.821	48,51

Prazo	Consolidado			
	Mar/2011		Dez/2010	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	939.541	14,11	1.017.807	10,21
A vencer				
A vencer até 30 dias	948.659	14,25	1.031.557	10,34
De 31 a 60 dias	239.222	3,59	299.436	3,00
De 61 a 90 dias	225.087	3,38	294.577	2,95
De 91 a 180 dias	570.036	8,56	883.138	8,86
De 181 a 360 dias	930.778	13,98	1.273.793	12,77
Acima de 360 dias	<u>2.804.714</u>	<u>42,13</u>	<u>5.172.733</u>	<u>51,87</u>
Total	<u>6.658.037</u>	<u>100,00</u>	<u>9.973.041</u>	<u>100,00</u>
Circulante	3.853.323	57,87	4.800.308	48,13
Longo prazo	2.804.714	42,13	5.172.733	51,87

c) Composição da carteira por setor de atividade:

	Banco			
	Mar/2011		Dez/2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa física	2.747.294	77,23	5.762.308	84,28
Comércio	<u>656.345</u>	<u>22,77</u>	<u>1.075.144</u>	<u>15,72</u>
Total	<u>3.403.639</u>	<u>100,00</u>	<u>6.837.452</u>	<u>100,00</u>

	Consolidado			
	Mar/2011		Dez/2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa física	5.859.685	88,01	8.751.013	87,75
Comércio	<u>798.352</u>	<u>11,99</u>	<u>1.222.028</u>	<u>12,25</u>
Total	<u>6.658.037</u>	<u>100,00</u>	<u>9.973.041</u>	<u>100,00</u>

d) Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Em 31 de março de 2011

Nível	Provisão		Banco			Consolidado			
	Requerida	A vencer	Vencidos	Total	Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
	%		(*)				(*)		
AA	-	317.619	-	317.619	-	317.619	-	317.619	-
A	0,50	1.885.498	6.531	1.892.029	9.460	4.334.017	7.314	4.341.331	21.707
B	1,00	90.277	56.892	147.169	1.472	254.224	89.392	343.616	3.436
C	3,00	56.398	85.137	141.535	4.246	221.396	163.046	384.442	11.533
D	10,00	22.552	76.019	98.571	9.858	81.759	165.238	246.997	24.701
E	30,00	46.373	59.542	105.915	31.775	86.475	85.513	171.988	51.697
F	50,00	80.331	58.099	138.430	69.215	111.114	63.018	174.132	97.667
G	70,00	55.620	50.043	105.663	73.964	64.583	55.119	119.702	85.032
H	100,00	228.148	228.560	456.708	456.708	247.309	310.901	558.210	558.210
Total		<u>2.782.816</u>	<u>620.823</u>	<u>3.403.639</u>	<u>656.698</u>	<u>5.718.496</u>	<u>939.541</u>	<u>6.658.037</u>	<u>853.983</u>
% sobre o total de risco.....					19,29%	12,83%			

Em 31 de dezembro de 2010

Nível	Provisão		Banco			Consolidado			
	Requerida	A vencer	Vencidos	Total	Provisão	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
	%		(*)				(*)		
AA	-	106.339	-	106.339	-	106.339	-	106.339	-
A	0,50	4.701.516	74.339	4.775.855	23.879	7.383.298	75.092	7.458.390	37.292
B	1,00	259.622	47.316	306.938	3.069	386.706	78.846	465.552	4.655
C	3,00	282.017	75.358	357.375	10.721	384.514	102.632	487.146	14.614
D	10,00	151.402	64.882	216.284	21.629	178.980	72.170	251.150	25.116
E	30,00	107.901	50.634	158.535	47.561	123.293	56.193	179.486	53.845
F	50,00	71.677	42.085	113.762	56.881	80.937	47.049	127.986	63.993
G	70,00	54.414	39.772	94.186	65.930	61.015	44.741	105.756	86.296
H	100,00	234.977	473.201	708.178	708.178	250.152	541.084	791.236	791.236
Total		<u>5.969.865</u>	<u>867.587</u>	<u>6.837.452</u>	<u>937.848</u>	<u>8.955.234</u>	<u>1.017.807</u>	<u>9.973.041</u>	<u>1.077.047</u>
% sobre o total de risco.....					13,72%	10,80%			

(*) Inclui operações vencidas a mais de 14 dias

e) Concentração das operações de crédito:

Em 31 de março de 2011

Maiores devedores	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira(1)	Valor	% sobre a carteira (1)
10 maiores devedores	412.837	12,13	412.837	6,20
50 seguintes maiores devedores	215.747	6,34	229.737	3,45
100 seguintes maiores devedores	22.542	0,66	38.338	0,58
Demais devedores	<u>2.752.513</u>	<u>80,87</u>	<u>5.977.125</u>	<u>89,77</u>
Total	<u>3.403.639</u>	<u>100,00</u>	<u>6.658.037</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2010

Maiores devedores	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	443.784	6,49	443.784	4,45
50 seguintes maiores devedores	391.516	5,73	400.413	4,01
100 seguintes maiores devedores	102.433	1,50	113.511	1,14
Demais devedores	<u>5.899.719</u>	<u>86,28</u>	<u>9.015.333</u>	<u>90,40</u>
Total	<u>6.837.452</u>	<u>100,00</u>	<u>9.973.041</u>	<u>100,00</u>

(1) No 1º trimestre de 2011 houve aumento dos percentuais de concentração das operações de crédito em função da queda da carteira pelas cessões de crédito.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos durante o trimestre findo em 31 de março de 2011:

Em 31 de março de 2011

	Banco			Total
	Operações de crédito (1)	Cessões de crédito (3)	Outros créditos (2)	
Saldo do início do trimestre	937.848	118.430	15.856	1.072.134
Provisão constituída	162.934	36.048	1.510	200.492
Baixas contra a provisão	(444.084)	-	-	(444.084)
Saldo no fim do trimestre	<u>656.698</u>	<u>154.478</u>	<u>17.366</u>	<u>828.542</u>

	Consolidado			Total
	Operações de crédito e de arrendamento mercantil (1)	Cessões de crédito (3)	Outros créditos (2)	
Saldo do início do trimestre	1.077.047	118.430	15.856	1.211.333
Provisão constituída	235.112	36.048	1.510	272.670
Baixas contra a provisão	(458.176)	-	-	(458.176)
Saldo no fim do trimestre	<u>853.983</u>	<u>154.478</u>	<u>17.366</u>	<u>1.025.827</u>

- (1) Inclui outros créditos com característica de concessão de crédito.
 (2) Ver nota 9, item b).
 (3) Classificada em outras obrigações – diversas.

No Banco e no Consolidado as responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos montam a R\$3.533.432 (R\$3.327.390 em 31 de dezembro de 2010) pelo valor presente apurado através das taxas dos contratos. O valor presente apurado pelas taxas dos contratos de cessão de crédito montam a R\$4.201.301 (R\$3.972.159 em 31 de dezembro de 2010) para as quais foi registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa (ver nota explicativa nº 19b) no montante de R\$154.478 (R\$118.430 em 31 de dezembro de 2010), no Banco e Consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica “Outras obrigações diversas”. O resultado com cessões de crédito com coobrigação no trimestre findo em 31 de março de 2011 monta a R\$84.120 e está registrado na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”, referindo-se a contratos de financiamento de veículos.

No 1º trimestre de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no Banco e no Consolidado, nos montantes de R\$21.682 e R\$23.188 (sendo R\$21.682 de recuperação de crédito do Banco e R\$1.506 de recuperação de operação de arrendamento mercantil), respectivamente. No Banco e no Consolidado a carteira de créditos renegociados totalizam em R\$187.931 em 31 de março de 2011 (R\$593.289 em 31 de dezembro de 2010), a queda no trimestre refere-se, basicamente, a cessões que ocorreram em 31 de janeiro e 31 de março de 2011.

9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (*)

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Cartões de crédito (a)	544.108	562.217	544.108	562.217
Crédito tributário (ver nota explicativa nº 20.a)	1.409.493	1.430.764	1.760.997	1.759.805
Imposto de renda a compensar	51.768	43.851	53.705	45.751
Valores a receber de empregadores referentes a empréstimos em consignação (b)	21.676	19.614	21.676	19.614
Valores a receber por cessão de créditos (c)	1.683.647	189.296	1.683.647	189.296
Depósitos judiciais e fiscais	28.901	29.073	38.715	38.551
Valores a receber de sociedades ligadas (ver nota explicativa nº 24.c)	49.759	132.734	35.578	118.345
Valores a receber de bens leiloados	5.974	1.177	7.140	1.433
Títulos e créditos a receber	396	1.242	8.635	6.817
Valores a receber c/vendas de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil (d)	-	-	76.317	91.090
Outros	<u>188.174</u>	<u>120.369</u>	<u>194.357</u>	<u>130.527</u>

Total	<u>3.983.896</u>	<u>2.530.337</u>	<u>4.424.875</u>	<u>2.963.446</u>
Circulante	2.647.931	1.190.347	2.851.575	1.389.402
Longo prazo	1.335.965	1.339.990	1.573.300	1.574.044

(*) Inclui títulos e créditos a receber

- Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.
- Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vem sendo negociados pelo Banco. O Banco está constituindo provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de março de 2011 é R\$17.366 (R\$15.856 em dezembro de 2010), classificado em provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Em 31 de janeiro e 31 de março de 2011 foram realizadas operações de cessão de créditos, sem coobrigação, com o Fundo Garantidor de Créditos - FGC, nos montantes de R\$2,5 bilhões e R\$1,0 bilhão, respectivamente, cujos valores em aberto a serem recebidos montam a R\$1.280.110. O saldo contábil inclui também, valores relativos a operações de crédito que foram baixados e que retornarão para a carteira de crédito própria do banco, por não fazerem parte dos créditos cedidos, no montante de R\$ 193.224. Para esses valores foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN, no montante de R\$1.336.
- Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

10. OUTROS VALORES E BENS

- Bens não de uso próprio

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Veículos	122.930	140.680	132.087	152.724
Veículos em regime especial	55.249	49.802	58.907	52.938
Outros	<u>589</u>	<u>668</u>	<u>589</u>	<u>668</u>
Total dos bens não de uso próprio	178.768	191.150	191.583	206.330
Outros bens	<u>1.785</u>	<u>1.507</u>	<u>1.785</u>	<u>1.507</u>
Total de outros valores e bens	180.553	192.657	193.368	207.837
Provisão para desvalorização dos bens não de uso próprio	<u>(110.827)</u>	<u>(117.022)</u>	<u>(118.567)</u>	<u>(126.032)</u>
Total líquido	<u>69.726</u>	<u>75.635</u>	<u>74.801</u>	<u>81.805</u>

- Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Comissões pagas a lojistas e promotoras	32.079	137.044	221.211	320.328
Gastos na emissão de títulos no exterior	20.694	22.268	20.694	22.268
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	2.986	3.058
Outras despesas antecipadas	<u>2.502</u>	<u>2.502</u>	<u>2.502</u>	<u>2.502</u>
Total	<u>55.275</u>	<u>161.814</u>	<u>247.393</u>	<u>348.156</u>
Circulante	14.993	61.493	107.687	127.610
Longo prazo	40.282	100.321	139.706	220.546

11. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Controladas diretas

	Capital social	Patrimônio líquido	% de participações	Lucro (prejuízo)	Saldos dos investimentos		Resultado de equivalência
				líquido do exercício	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011
				Mar/2011	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	141.521	96.302	99,97	(9.637)	96.274	105.908	(9.634)
Panamericana de Seguros S.A.	71.256	137.163	98,75	3.064	<u>135.454</u>	<u>132.430</u>	<u>3.024</u>
Total					<u>231.728</u>	<u>238.338</u>	<u>(6.610)</u>

12. OUTROS INVESTIMENTOS

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Incentivos fiscais	-	-	261	261
Títulos patrimoniais	380	380	380	380
Ações e cotas	-	-	304	304
Outros	<u>73</u>	<u>73</u>	<u>202</u>	<u>276</u>
Total	<u>453</u>	<u>453</u>	<u>1.147</u>	<u>1.221</u>

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Mar/2011			Dez/2010
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Banco</u>					
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.682	(4.658)	3.024	3.085
Instalações	10%	7.748	(6.826)	922	963
Sistema de comunicação	10%	1.620	(1.523)	97	120
Sistema de segurança	10%	52	(52)	-	1
Sistema de processamentos de dados	20%	20.017	(15.824)	4.193	4.389
Sistema de transporte	20%	<u>308</u>	<u>(177)</u>	<u>131</u>	<u>143</u>
Total		<u>37.427</u>	<u>(29.060)</u>	<u>8.367</u>	<u>8.702</u>
<u>Consolidado</u>					
Imobilizado do Banco		37.427	(29.060)	8.367	8.702
Imobilizado de controladas					
Terrenos- Edifício Panamericano	-	9.083	-	9.083	9.083
Imóveis - Edifício Panamericano	4%	21.139	(2.005)	19.134	19.345
Outros		<u>397</u>	<u>(230)</u>	<u>166</u>	<u>170</u>
Subtotal		<u>30.619</u>	<u>(2.235)</u>	<u>28.384</u>	<u>28.598</u>
Total		<u>68.045</u>	<u>(31.295)</u>	<u>36.750</u>	<u>37.300</u>

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Banco			Dez/2011
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com desenvolvimento logiciais	20%	16.002	(7.399)	8.603	7.717
Outros	-	<u>22</u>	<u>(17)</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
Total		<u>16.024</u>	<u>(7.416)</u>	<u>8.608</u>	<u>7.722</u>
<u>Consolidado</u>					
Gastos com desenvolvimento logiciais	20%	16.464	(7.804)	8.660	7.746
Outros	-	<u>406</u>	<u>(401)</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
Total		<u>16.870</u>	<u>(8.205)</u>	<u>8.665</u>	<u>7.751</u>

15. DEPÓSITOS

Composição por vencimento:

Prazo	Mar/2011					
	Banco			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	66.173	-	-	65.417	-	-
Até 30 dias	-	181.534	64.193	-	181.534	64.193
De 31 a 60 dias	-	159.980	21.594	-	159.980	21.594
De 61 a 90 dias	-	158.114	87.510	-	158.114	87.510
De 91 a 180 dias	-	291.074	65.190	-	289.997	65.190
De 181 a 360 dias	-	1.127.522	36.276	-	1.127.522	36.276
Acima de 360 dias	-	<u>2.145.740</u>	<u>10.863</u>	-	<u>2.143.175</u>	<u>10.863</u>
Total	<u>66.173</u>	<u>4.063.964</u>	<u>285.626</u>	<u>65.417</u>	<u>4.060.322</u>	<u>285.626</u>
Circulante	66.173	1.918.224	274.763	65.417	1.917.147	274.763
Longo prazo	-	2.145.740	10.863	-	2.143.175	10.863

Prazo	Dez/2010					
	Banco			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	46.282	-	-	43.234	-	-
Até 30 dias	-	270.414	76.373	-	270.414	76.373
De 31 a 60 dias	-	127.281	141.633	-	126.621	141.633
De 61 a 90 dias	-	173.499	156.329	-	173.499	156.329
De 91 a 180 dias	-	558.240	340.033	-	558.240	340.033
De 181 a 360 dias	-	1.290.938	89.856	-	1.290.938	89.856
Acima de 360 dias	-	<u>2.308.467</u>	<u>12.639</u>	-	<u>2.305.999</u>	<u>12.639</u>
Total	<u>46.282</u>	<u>4.728.839</u>	<u>816.863</u>	<u>43.234</u>	<u>4.725.711</u>	<u>816.863</u>
Circulante	46.282	2.420.372	804.224	43.234	2.419.712	804.224
Longo prazo	-	2.308.467	12.639	-	2.305.999	12.639

16. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos, a serem repassados aos Cessionários.

	Banco e Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010
	Valor	Valor
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	<u>1.459.220</u>	<u>1.594.853</u>
Total	<u>1.459.220</u>	<u>1.594.853</u>

17. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total atual é de US\$500.000 mil através da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$200.000 mil em 26 de outubro de 2009 e US\$300.000 mil em 04 de agosto de 2010.

A seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Banco e Consolidado	
			Mar/2011 (1)	Dez/2010
200.000	7,000% a.a.	26/10/2012	336.699	337.840
300.000	5,500% a.a.	04/08/2015	<u>473.395</u>	<u>511.239</u>
Total			<u>810.094</u>	<u>849.079</u>
Circulante			14.602	15.979

	<u>Banco e Consolidado</u>
Longo prazo	795.492 833.100

(1) A marcação a mercado das captações de recursos no exterior, foram contabilizadas em contas de resultado na rubrica de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 18.857, no 1º trimestre de 2011.

18. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu US\$125.000 mil, através de “Subordinated Notes” (dívida subordinada), dos quais US\$50.000 mil, foram captados em 18 de julho de 2006, US\$75.000 mil em 16 de agosto de 2006 e US\$500.000 mil em 23 de abril de 2010.

Segue abaixo a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

<u>Tranche US\$ mil</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Banco e Consolidado</u>	
			<u>Mar/2011 (1)</u>	<u>Dez/2010</u>
50.000	11,0% a.a.	18/07/2016	83.661	87.586
75.000	11,0% a.a.	18/07/2016	125.567	131.380
500.000	8,50% a.a.	23/04/2020	<u>817.819</u>	<u>847.066</u>
Total			<u>1.027.047</u>	<u>1.066.032</u>
Circulante			35.498	24.657
Longo prazo			991.549	1.041.375

(1) A marcação a mercado das dívidas subordinadas, foram contabilizadas em contas de resultado na rubrica de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 26.388, no 1º trimestre de 2011.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	<u>Banco</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ver nota explicativa nº 20.a)	26.161	7.487	232.731	204.989
Obrigações legais relativas a questionamentos fiscais (ver nota explicativa nº 21.a)	413.809	367.604	470.516	420.751
Impostos e contribuições – serviços de terceiros	8.700	8.332	8.850	8.571
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.841	-	12.915	-
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre títulos de renda fixa	739	417	739	417
Imposto Sobre Serviços – ISS	1.553	1.090	2.179	1.811
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	1.243	871	1.346	994
Impostos e contribuições sobre salários	441	310	559	450
Programa de Integração Social – PIS	201	141	223	168
Refis – Lei 11.941/2009 (*)	36.948	36.948	39.435	39.435
Outros	-	-	61	2.021
Total	<u>502.636</u>	<u>423.200</u>	<u>769.554</u>	<u>679.607</u>
Circulante	33.930	20.951	35.179	24.724
Longo prazo	468.706	402.249	734.375	654.883

(*) O Banco Panamericano e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos a pessoa física, no montante de R\$34.558 no Banco e Consolidado; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL no montante de R\$2.149 no Banco e Consolidado; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR sendo R\$241 no Banco e R\$943 no Consolidado; (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL no montante R\$893 no Consolidado. Até 31 de março de 2011 o processo de adesão ao REFIS continua sob análise da Receita Federal do Brasil para consolidação das dívidas e a efetivação das quitações dos respectivos débitos fiscais.

b) Diversas

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Captação de recursos através de FIDCs – conforme detalhes na nota explicativa n.º 2	-	-	1.430.308	1.140.273
Obrigações por venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil	-	-	250.622	334.972
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito	463.121	523.191	463.121	523.191
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (ver nota explicativa n.º8)	154.478	118.430	154.478	118.430
Valores a pagar (ver nota explicativa n.º 24.i)	102.308	336.881	7.156	231.702
Valores a pagar a lojistas	40.848	29.917	40.848	29.917
Provisão para passivos contingentes (ver nota explicativa n.º 21.b)	95.247	95.624	114.782	113.451
Arrecadação de cobrança	38.858	44.585	38.858	44.585
Provisão para pagamentos a efetuar	25.167	20.921	29.500	26.147
Cheques administrativos	129	584	129	584
Valores específicos de grupos de consórcio	-	-	8.840	8.799
Depósitos de terceiros	-	-	4.831	86
Outros	148.718	66.521	163.188	73.174
Total	<u>1.068.874</u>	<u>1.236.654</u>	<u>2.706.661</u>	<u>2.645.311</u>
Circulante	973.627	1.141.030	2.519.486	2.394.468
Longo prazo	95.247	95.624	187.175	250.843

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
<u>Ativo</u>				
Sobre Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs (*)	-	-	135.063	132.546
Sobre prejuízos fiscais	960.727	968.263	1.135.740	1.129.628
Sobre diferenças temporárias	<u>448.766</u>	<u>462.501</u>	<u>490.194</u>	<u>497.631</u>
Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	195.687	233.490	207.758	241.676
Sobre provisão de ações cíveis	28.834	29.216	32.414	32.393
Sobre provisão de ações fiscais	157.478	138.995	179.181	159.250
Sobre provisão de ações trabalhistas	2.937	1.321	4.347	2.616
Sobre provisão de ações tributárias	5.386	6.771	8.050	8.988
Sobre provisão de MTM	<u>58.444</u>	<u>52.708</u>	<u>58.444</u>	<u>52.708</u>
Total classificado em outros créditos	<u>1.409.493</u>	<u>1.430.764</u>	<u>1.760.997</u>	<u>1.759.805</u>

Passivo

Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação classificados em outras obrigações fiscais e previdenciárias no exigível a longo prazo			-	206.570		197.502
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos classificados em outras obrigações fiscais e previdenciárias no exigível a longo prazo	<u>26.161</u>	<u>7.487</u>			<u>8.063</u>	<u>7.487</u>
Total	<u>26.161</u>	<u>7.487</u>			<u>232.731</u>	<u>204.989</u>

(*) Inclui o PIS e a Cofins sobre os lucros não realizados, conforme detalhes na nota explicativa nº 3.

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Trimestre findo em 31 de março de 2011

	Banco			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do trimestre	900.927	529.837	1.430.764	1.150.329	609.476	1.759.805
(+) Constituição de créditos	78.713	47.228	125.941	99.968	54.005	153.973
(-) Realização de créditos	<u>(92.008)</u>	<u>(55.204)</u>	<u>(147.212)</u>	<u>(95.491)</u>	<u>(57.290)</u>	<u>(152.781)</u>
Saldo no final do trimestre	<u>887.632</u>	<u>521.861</u>	<u>1.409.493</u>	<u>1.154.806</u>	<u>606.191</u>	<u>1.760.997</u>

c) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

Trimestre findo em 31 de março de 2011

	Banco			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do trimestre	4.679	2.808	7.487	202.181	2.808	204.989
(+) Constituição dos passivos	12.060	7.236	19.296	21.128	7.236	28.364
(-) Realização dos passivos	<u>(389)</u>	<u>(233)</u>	<u>(622)</u>	<u>(389)</u>	<u>(233)</u>	<u>(622)</u>
Saldo no final do trimestre	<u>16.350</u>	<u>9.811</u>	<u>26.161</u>	<u>222.920</u>	<u>9.811</u>	<u>232.731</u>

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado ao Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Banco

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Total	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
2011	144.669	217.074	40.999	54.665	185.668	271.739
2012	71.406	84.046	31.809	31.809	103.215	115.855
2013	32.192	7.462	72.253	72.253	104.445	79.715
2014	19.120	7.462	93.626	93.626	112.746	101.088
2015	19.122	7.462	113.150	113.150	132.272	120.612
2016	4.779	-	127.822	127.822	132.601	127.822
2017	-	-	144.015	144.015	144.015	144.015
2018	-	-	156.713	156.713	156.713	156.713
2019	-	-	174.210	174.210	174.210	174.210
2020	<u>157.478</u>	<u>138.995</u>	<u>6.130</u>	-	<u>163.608</u>	<u>138.995</u>

Total 448.766 462.501 960.727 968.263 1.409.493 1.430.764

Ano	Consolidado					
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Total	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
2011	157.551	229.584	51.290	68.386	208.841	297.970
2012	93.136	103.374	47.296	43.865	140.432	147.239
2013	58.359	31.498	101.346	101.346	159.705	132.844
2014	57.840	45.297	152.523	152.523	210.363	197.820
2015	51.777	61.175	160.748	160.748	212.525	221.923
2016	27.412	-	141.469	127.822	168.881	127.822
2017	-	-	144.015	144.015	144.015	144.015
2018	-	-	156.713	156.713	156.713	156.713
2019	-	-	174.210	174.210	174.210	174.210
2020	<u>179.182</u>	<u>159.249</u>	<u>6.130</u>	<u>-</u>	<u>185.312</u>	<u>159.249</u>
Total	<u>625.257</u>	<u>630.177</u>	<u>1.135.740</u>	<u>1.129.628</u>	<u>1.760.997</u>	<u>1.759.805</u>

Em 31 de março de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$812.141 no Banco e R\$1.043.333 no consolidado (R\$834.473 no Banco e R\$1.048.257 no consolidado em 31 de dezembro de 2010).

e) Créditos tributários não registrados em controladas

Em 31 de março de 2011, o Banco Panamericano, possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$1.732.674 e R\$1.732.807 no Consolidado (R\$1.732.674 no Banco Panamericano e R\$1.733.094 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$693.069 no Banco Panamericano e R\$693.140 no Consolidado (R\$693.069 no Banco Panamericano e R\$693.237 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

f) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, no 1º trimestre de 2011, estão assim demonstrados:

	Banco Mar/2011	Consolidado Mar/2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações de acionistas minoritários	137.464	122.989
Alíquota efetiva (*)	<u>40%</u>	
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (veja nota explicativa nº 3.t)	(54.986)	(49.139)
Efeito das adições (exclusões) no resultado do ano:		
Ajuste de Crédito Tributário Exercícios Anteriores	-	2.136
Resultado de participação em controladas	(2.644)	-
Outros	105	215
Imposto de renda e contribuição social no período	<u>(57.525)</u>	<u>(46.788)</u>

(*) No Consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude da alíquota diferenciada para a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda (25% de imposto de renda e 9% para contribuição social).

21. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Obrigações legais

Referem-se a provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$413.809 (R\$367.604 em 31 de dezembro de 2010) no Banco e R\$470.516 (R\$420.751 em 31 de dezembro de 2010) no Consolidado, que vem sendo questionadas judicialmente, e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O

Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisão para contingências

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 3, que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

A movimentação das provisões constituídas no trimestre findo em 31 de março de 2011 estão assim representadas:

Trimestre findo em 31 de março de 2011				
Banco				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos no início do trimestre	3.647	75.048	16.928	95.624
Constituições (reversões)	4.041	(954)	(3.464)	(377)
Saldo no fim do trimestre	<u>7.688</u>	<u>74.094</u>	<u>13.465</u>	<u>95.247</u>
Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos no início do trimestre	7.409	83.383	22.659	113.451
Constituições (reversões)	4.388	(550)	(2.507)	1.331
Saldo no fim do trimestre	<u>11.797</u>	<u>82.833</u>	<u>20.152</u>	<u>114.782</u>

A posição das ações em aberto possuem a seguinte classificação de risco:

Banco				
Classificação de risco	Mar/2011		Dez/2010	
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável:				
Trabalhistas (b)	312	30.079	7.688	2.852
Cíveis	620	165.222	18.014	17.356
Tributárias	66	3.237	10.228	6.960
Subtotal	<u>998</u>	<u>198.538</u>	<u>35.930</u>	<u>27.168</u>
Perda possível:				
Trabalhistas	-	-	-	795
Cíveis	26.406	452.987	56.080	57.693
Tributárias (a)	74	20.455	3.237	9.968
Subtotal	<u>26.480</u>	<u>473.442</u>	<u>59.317</u>	<u>68.456</u>
Perda remota:				
Trabalhistas	25	2.023	-	-
Cíveis	21.750	207.948	-	-
Subtotal	<u>21.775</u>	<u>209.971</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>49.253</u>	<u>881.951</u>	<u>95.247</u>	<u>95.624</u>

Consolidado				
Classificação de risco	Mar/2011		Dez/2010	
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável:				
Trabalhistas (b)	405	48.711	11.797	6.126
Cíveis	1.272	190.161	21.410	19.737
Tributárias	130	14.499	16.915	12.691

Subtotal	<u>1.807</u>	<u>253.371</u>	<u>50.122</u>	<u>38.554</u>
Perda possível:				
Trabalhistas	-	-	-	1.284
Cíveis	27.835	474.054	61.423	63.645
Tributárias (a)	<u>74</u>	<u>20.455</u>	<u>3.237</u>	<u>9.968</u>
Subtotal	<u>27.909</u>	<u>494.509</u>	<u>64.660</u>	<u>74.897</u>
Perda remota:				
Trabalhistas	35	2.751	-	-
Cíveis	23.192	245.352	-	-
Subtotal	<u>23.227</u>	<u>248.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>52.943</u>	<u>995.983</u>	<u>114.782</u>	<u>113.451</u>

(a) Aumento relativo a reclassificação do risco das ações de ISS – Imposto Sobre Serviço de remota para possíveis, com provisão de 50%.

(b) Aumento relativo a reclassificação do risco das ações trabalhistas de possível para provável.

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisão de prêmios não ganhos

	Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010
Prestamista	44.697	46.123
Acidentes pessoais coletivos	29.395	28.832
Desemprego/Perda de emprego	4.342	-
Rendas de eventos aleatórios	3.494	3.761
Vida em grupo	<u>3.817</u>	<u>4.276</u>
Total	<u>85.745</u>	<u>82.992</u>

b) Sinistros a liquidar

	Consolidado	
	Mar/2010	Dez/2010
Prestamistas	6.670	1.737
Acidentes pessoais coletivos	5.161	3.824
Desemprego/Perda de emprego	4	-
Rendas de eventos aleatórios	1.016	1.239
Vida em grupo	5.935	2.182
Outros	15	15
Subtotal	<u>18.801</u>	<u>8.997</u>
DPVAT	<u>23.659</u>	<u>24.008</u>
Total	<u>42.460</u>	<u>33.005</u>

Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$18.801 (R\$ 8.997 em 31 de dezembro de 2010), o valor de R\$2.995 (R\$ 2.965 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	Consolidado			
	Mar/2011		Dez/2010	
	Quantidade de Processos	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Provisionado
Perda provável	19	4.494	293	161

Perda possível	339	6.006	2.702	2.702
Perda remota	<u>316</u>	<u>4.297</u>	-	<u>102</u>
Total	<u>674</u>	<u>14.797</u>	<u>2.995</u>	<u>2.965</u>

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	Consolidado	
	Mar/11	Dez/2010
Prestamista	5.932	3.251
Acidentes pessoais coletivos	1.401	4.829
Desemprego/Perda de emprego	3	-
Rendas de eventos aleatórios	370	263
Vida em grupo	4.103	480
DPVAT	<u>5.051</u>	<u>1.534</u>
Total	<u>16.860</u>	<u>10.357</u>

d) Outras provisões

	Consolidado	
	Mar/11	Dez/2010
Prestamista	467	456
Acidentes pessoais coletivos	2.807	2.329
Desemprego/Perda de emprego	58	-
Rendas de eventos aleatórios	89	99
Vida em grupo	84	88
DPVAT	<u>71</u>	<u>59</u>
Total	<u>3.576</u>	<u>3.031</u>
TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS	<u>148.641</u>	<u>129.385</u>

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.108.091 e está composto por 244.343.940 ações, sendo 131.881.028 ações ordinárias nominativas e 112.462.912 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária – Nos termos do estatuto social o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a esta reserva estatutária, com a finalidade de ser incorporada futuramente ao capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404.

d) Plano de recompra de ações e outras informações

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 11 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Recompra de Ações de emissão própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e com a utilização de reservas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, Instrução CVM nº 010/80 e Estatuto Social do Banco.

O objetivo do Banco na operação era de maximizar a geração de valor para o acionista por meio da administração da estrutura de capital. A quantidade de ações adquiridas foi de 7.004.260 ações

preferenciais, escriturais, nominativas e sem valor nominal e equivalentes a 10% do total de ações da Companhia em circulação.

Em 13 de janeiro de 2010, através de Assembléia Geral Extraordinária foi deliberado o cancelamento de 7.004.260 ações preferenciais de própria emissão mantidas em tesouraria, sem redução do capital social.

A quantidade de ações preferenciais de emissão do Banco em circulação no mercado, conforme definido pela Instrução CVM nº 010/80, é de 63.038.340 ações preferenciais, conforme registro na conta de depósito de ações informado pela instituição depositária.

e) Depósito de Acionista

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do banco.

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

	Banco Mar/2011	Consolidado Mar/2011
Remuneração Global (a)	2.491	2.637

(a) Vide nota 32

b) Saldo com partes relacionadas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco		
	Mar/2011	Dez/2010	1º trim/11
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<u>Aplicação interfinanceira de liquidez (a)</u>			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	774.580	794.489	23.690
Total	<u>774.580</u>	<u>794.489</u>	<u>23.690</u>
<u>Títulos e valores mobiliários (b)</u>			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-
Autopan FIDC	317.549	314.840	2.709
Master Panamericano FIDC	873.311	853.386	(3.375)
FIDC FF Multisegmentos	28.715	39.304	(2.139)
FIDC F BP	145.565	52.663	(12.971)
Total	<u>1.365.140</u>	<u>1.260.193</u>	<u>(15.776)</u>
<u>Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)</u>			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	89	1	-
Panamericana Prestadora de Serviços Ltda.	-	5	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	35.279	118.337	-
Panamericana de Seguros S.A.	14.391	14.391	=
Total	<u>49.759</u>	<u>132.734</u>	=
<u>Depósitos a vista (d)</u>			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(444)	(1.988)	-
Panamericano DTVM S.A.	(324)	(129)	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(188)	(719)	-
Panamericana Seguros S.A.	(165)	(476)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	(111)	(1.012)	-

Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	(26.539)	(7.183)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	(899)	(493)	-
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	(3)	(4)	-
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	(5)	(7)	-
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	(8)	(11)	-
Liderança Capitalização S.A.	(2)	(2)	-
BF Utilidades Domésticas Ltda.	(5)	(5)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(4)	(2)	-
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(6)	(6)	-
SSF Fomento Comercial Ltda.	(8)	(17)	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	(50)	(182)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	(5)	(3)	-
Panamericano Com.Prod. e Serv. Ltda.	(143)	(76)	-
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	(8)	(8)	-
Galeno de Almeida Open View-Emp.Imob.Ltda.	(7)	(7)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	(1)	(1)	-
Hotel Jequití Ltda.	(284)	(48)	-
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	(1.222)	(321)	-
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	(1)	(1)	=
Total	<u>(30.432)</u>	<u>(12.701)</u>	=
Depósitos interfinanceiros (e)			
Panamericano DTVM S.A.	<u>(4.982)</u>	<u>(6.738)</u>	<u>(166)</u>
Total	<u>(4.982)</u>	<u>(6.738)</u>	<u>(166)</u>
Depósitos a prazo (f)			
Pessoal chave da administração	(325)	(3.328)	(9)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(3.642)	(3.128)	(94)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	(6.643)	(6.877)	(187)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	(10)	(9)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	(3.357)	-	(72)
BF – Utilidades Domésticas Ltda.	(830)	(808)	(22)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	(1.100)	(1.102)	(30)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	(236)	(230)	(6)
SSF Fomento Comercial Ltda.	(204)	(199)	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(2.511)	(14.349)	(371)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	(1.184)	(1.152)	(32)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	<u>(44.076)</u>	<u>(9.041)</u>	<u>(852)</u>
Total	<u>(64.118)</u>	<u>(40.223)</u>	<u>(1.680)</u>
Banco			
	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>	<u>1º trim/11</u>
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)
Outras obrigações (i)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(88.078)	(89.909)	-
Panamericano DTVM S.A.	(1.000)	(800)	-
Panamericana de Seguros S.A.	(7.255)	(16.071)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	(291)	(6.402)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	(5.684)	(222.786)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(913)	=
Total	<u>(102.308)</u>	<u>(336.881)</u>	=
Outras despesas administrativas (j)			
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(3.276)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(36.602)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(29.933)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(838)
BF Par Utilidades Domésticas Ltda	-	-	(744)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	(1)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(1.105)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	(8)

Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(11)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(6)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(656)
Panamericana de Seguros S.A.	-	-	(361)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda			(750)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda			(76)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	=	=	(5)
Total	=	=	<u>(74.372)</u>

Resultado obtido na cessão de crédito (k)

FIDC F BP	=	=	79.018
Total	=	=	<u>79.018</u>

Resumo por conta

Aplicação interfinanceira de liquidez (a)	774.580	794.489	23.690
Títulos e valores Mobiliários (b)	1.365.140	1.260.193	(15.776)
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)	49.759	132.734	-
Depósitos a vista (d)	(30.432)	(12.701)	-
Depósitos interfinanceiros (e)	(4.982)	(6.738)	(166)
Depósito a prazo (f)	(64.118)	(40.223)	(1.680)
Outras obrigações (i)	(102.308)	(336.881)	-
Outras despesas administrativas (j)	-	-	(74.372)
Resultado obtido na cessão de crédito (k)	-	-	79.018
Total	<u>1.987.639</u>	<u>1.790.873</u>	<u>10.714</u>

Outros créditos – Arrecadação de cobrança (c)

Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	5	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	<u>35.578</u>	<u>118.340</u>	=
Total	<u>35.578</u>	<u>118.345</u>	=

Consolidado		
Mar/2011	Dez/2010	1º trim/11
Ativo	Ativo	Receitas
(passivo)	(passivo)	(despesas)

Consolidado		
Mar/2011	Dez/2010	1º trim/11
Ativo	Ativo	Receitas
(passivo)	(passivo)	(despesas)

Depósitos a vista (d)

Panamericano DTVM S.A.	(324)	(129)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	(111)	(1.012)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	(26.539)	(7.183)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	(899)	(493)	-
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	(3)	(4)	-
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	(5)	(7)	-
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	(8)	(11)	-
Liderança Capitalização S.A.	(2)	(2)	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	(5)	(5)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(4)	(2)	-
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(6)	(6)	-
SSF Fomento Comercial Ltda.	(8)	(17)	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	(50)	(182)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	(5)	(3)	-
Panamericano Com Prod. E Serv. Ltda.	(143)	(76)	-
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	(8)	(8)	-
Galeno de Almeida Open View	(7)	(7)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	(1)	(1)	-
Hotel Jequití Ltda.	(284)	(48)	-
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	(1.222)	(321)	-
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	(1)	(1)	=
Total	<u>(29.635)</u>	<u>(9.518)</u>	=

<u>Depósitos interfinanceiros (e)</u>			
Panamericano DTVM S.A.	(4.982)	(6.738)	(166)
Total	<u>(4.982)</u>	<u>(6.738)</u>	<u>(166)</u>
<u>Depósitos a prazo (f)</u>			
Pessoal chave da administração	(325)	(3.328)	(9)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	(6.643)	(6.877)	(187)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	(10)	(9)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	(3.357)	-	(72)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	(830)	(808)	(22)
Vimave Vila Maria Veiculos Ltda.	(1.100)	(1.102)	(30)
Vimave Pacaembu Veiculos Ltda.	(236)	(230)	(6)
SSF Fomento Comercial Ltda.	(204)	(199)	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(2.511)	(14.349)	(371)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	(1.184)	(1.152)	(32)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	<u>(44.076)</u>	<u>(9.041)</u>	<u>(852)</u>
Total	<u>(60.476)</u>	<u>(37.095)</u>	<u>(1.586)</u>
<u>Cotas Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Autopan FIDC") (g)</u>			
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(4.262)	-
Pessoal chave da administração	<u>(58.937)</u>	<u>(57.301)</u>	<u>(578)</u>
Total	<u>(58.937)</u>	<u>(61.563)</u>	<u>(578)</u>
<u>Cotas Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Master PanFIDC") (h)</u>			
Pessoal chave da administração	=	<u>(2.719)</u>	=
Total	=	<u>(2.719)</u>	=
<u>Outras obrigações (i)</u>			
Panamericano DTVM S.A.	(1.000)	(800)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	(291)	(6.402)	-
Panamericano Adm. de Cartões de crédito Ltda.	(5.684)	(223.406)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(913)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	<u>(181)</u>	<u>(181)</u>	-
Total	<u>(7.156)</u>	<u>(231.702)</u>	=

	Consolidado		
	Mar/2011	Dez/2010	1º trim/11
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<u>Outras despesas administrativas (j)</u>			
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(3.276)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(36.602)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(29.933)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	-	(838)
BF Par Utilidades Domesticas Ltda	-	-	(744)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	(1)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(1.105)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	(8)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(11)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(6)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(656)
Panamericano Com.Prod. e Serv. Ltda	-	-	(750)
Braspappg Tecnologia Pagamento Ltda.	=	=	<u>(76)</u>
SS Comércio de Cosméticos e Prod. Ltda.	=	=	<u>(5)</u>
Total	=	=	<u>(74.011)</u>
<u>Resumo por conta</u>			
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)	35.578	118.345	-
Depósitos a vista (d)	(29.635)	(9.518)	-
Depósitos interfinanceiros (e)	(4.982)	(6.738)	(166)
Depósitos a prazo (f)	(60.476)	(37.095)	(1.586)
Cotas Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Autopan FIDC") (g)	(58.937)	(61.563)	(578)
Cotas Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Master PanFIDC") (h)	-	(2.719)	-

Outras obrigações (i)	(7.156)	(231.702)	-
Outras despesas administrativas (j)	-	-	(74.011)
Total	<u>(125.608)</u>	<u>(230.990)</u>	<u>(76.341)</u>

- (a) Referem-se a aplicações do Banco na Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. com taxas equivalentes às do CDI.
(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas.
(c) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D + 1.
(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco.
(e) Referem-se a captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.
(f) Referem-se a captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco.
(g) Referem-se a captação através de cotas do Autopan FIDC.
(h) Referem-se a captação através de cotas do Master Pan FIDC
(i) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM.
(j) Outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas do GSS.
(k) Referem-se ao resultado obtido na cessão de crédito

25. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Banco	Consolidado
	1º trim/2011	1º trim/2011
Lucros nas cessões de crédito – Crédito direto ao consumidor	656.974	577.957
Lucros nas cessões de crédito - Empréstimos em consignação	68.112	68.112
Lucros nas cessões de crédito – Conta garantida e giro	1.780	1.780
Crédito direto ao consumidor	1.450	145.594
Conta garantida	13.813	13.813
Cartão de crédito	84.967	84.967
Empréstimos em consignação	43.136	43.136
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	21.682	21.682
Renegociações	7.397	7.397
Crédito pessoal	76.017	76.017
Outras	<u>17.840</u>	<u>17.840</u>
Total	<u>993.168</u>	<u>1.058.295</u>

26. DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	Banco	Consolidado
	Mar/2011	Mar/2011
Despesas de captação através de FIDC's	-	43.784
Variação cambial positiva	(42.187)	(42.187)
Marcação a Mercado de captações no exterior	(45.245)	(45.245)
Depósitos a prazo	143.956	143.862
Títulos e valores mobiliários no exterior	39.931	39.931
Depósitos interfinanceiros	24.017	24.017
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	9.880
Operações compromissadas	5.174	5.174
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	<u>5.998</u>	<u>5.998</u>
Total	<u>131.644</u>	<u>185.214</u>

27. DESPESAS DE PESSOAL

	Banco	Consolidado
	Mar/2011	Mar/2011
Proventos	5.193	8.023
Honorários	2.491	2.636
Encargos Sociais	2.432	3.397
Benefícios	618	1.273
Outros	<u>19</u>	<u>11</u>
Total	<u>10.753</u>	<u>15.340</u>

28. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco	Consolidado
	1º trim/2011	1º trim/2011
Comissões pagas aos lojistas e promotores	299.002	300.077
Acordos judiciais	16.431	18.285
Processamento de dados	24.641	25.184
Serviços do sistema financeiro	15.057	15.368
Serviços de cobrança	6.297	6.298
Serviços técnicos especializados	8.772	14.226
Comunicações	9.929	9.939
Propaganda e publicidade	2.600	2.884
Taxas e emolumentos	5.781	6.344
Serviços de terceiros	56.197	59.278
Transporte	2.056	2.115
Aluguéis	2.308	926
Promoções e relações públicas	464	464
Manutenção e conservação	566	566
Depreciação e amortização	1.210	1.225
Despesas c/ busca e apreensão de bens	543	608
Serviços de vigilância e segurança	217	217
Material, energia e outros	160	182
Despesas de viagens no país	810	810
Outras	<u>9.730</u>	<u>11.070</u>
Total	<u>462.771</u>	<u>476.066</u>

29. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco	Consolidado
	Mar/2011	Mar/2011
Cofins	35.964	38.332
Pis	5.844	6.246
ISS	4.384	6.368
Impostos e taxas	<u>1.699</u>	<u>2.115</u>
Total	<u>47.891</u>	<u>53.061</u>

30. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	Banco	Consolidado
	1º trim/2011	1º trim/2011
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	3.372	3.372
Reversão de provisões	7.149	7.194
Reversão de provisões tributárias	3.464	3.477
Recuperação de encargos e despesas	417	418
Juros e multa em atraso sobre recebimento	-	5.779
Atualização monetária de valores a receber - cessão	56.486	56.486
Outras rendas operacionais	<u>1.855</u>	<u>6.346</u>
Total	<u>72.743</u>	<u>83.072</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>Banco</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>1º trim/2011</u>	<u>1º trim/2011</u>
Reversão de provisões para desvalorização de bens não de uso próprio	-	(1.269)
Despesas na apreensão de veículos	1.299	1.415
Variação monetária passiva	8.401	9.166
Provisões para contingências trabalhistas	4.041	5.316
Provisões para contingências tributárias	-	1.083
Administração de Apólice	-	4.178
Desconto concedido	3.591	3.591
Prejuízo c/ operações de crédito/financiamento	6.645	6.645
Provisão do programa fidelização cartões crédito	1.150	1.150
Outras	<u>5</u>	<u>4.236</u>
Total	<u>25.132</u>	<u>35.511</u>

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No trimestre findo em 31 de março de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 116 no Banco e R\$ 197 no consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no 1º trimestre de 2011 a R\$ 637 no banco e R\$ 1.296 no consolidado.

32. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

a) Benefícios de curto prazo a administradores (*)

	<u>Banco</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>1º trim/2011</u>	<u>1º trim/2011</u>
Despesas de honorários	2.491	2.637
Contribuição ao INSS	<u>560</u>	<u>593</u>
Total	<u>3.051</u>	<u>3.230</u>

(*) Registrados na rubrica de “despesas de pessoal”.

b) Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeiras, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiário, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

33. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O BACEN divulgou os Comunicados nº 12.746/04, nº 16.137/07 e nº 19.028/09, que tratam do cronograma para a implantação no Brasil do Novo Acordo de Capitais da Basiléia (Basiléia II). O Acordo prevê a implantação de abordagens que permitam a mensuração dos riscos incorridos pelas instituições e a exigência de capital regulatório correspondente, representada pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme Resolução nº 3.490/07, que deve ser confrontado com o Patrimônio de Referência (PR), conforme Resolução nº 3.444/07.

O novo contexto decorrente da mudança de controle, que viabilizou a realização do Acordo de Cooperação Operacional entre a CAIXA e o Banco PanAmericano, com interveniência do BTG Pactual, derivou em uma série de medidas que resultaram na recomposição da estrutura de capital, em especial a realização de operações de cessão de crédito sem coobrigação.

O PR apresentou variação de R\$ 2,79 bilhões no trimestre, totalizando R\$ 1,9 bilhão em Março de 2011. A recomposição do patrimônio foi determinada pelo depósito de acionistas efetuado pelo antigo acionista controlador, no montante de R\$ 1,3 bilhão, pela geração de lucros e correspondente margem patrimonial para o Nível II na composição do PR.

O PRE apresentou redução de R\$ 146,9 milhões, totalizando R\$ 1,55 bilhão em Março de 2011. A parcela referente a exposição ponderada pelo risco (PEPR) apresentou redução de R\$ 121,4 milhões, em decorrência das cessões de crédito efetuadas, o que ocasionou redução no estoque da carteira de crédito e nas coobrigações. A parcela de risco operacional (POPR) apresentou redução de R\$ 23,67 milhões refletindo o impacto dos resultados decorrentes dos ajustes do 4º trimestre de 2010.

Nesse contexto, o índice de Basiléia em 31 de março de 2011 foi de 13,45 e a margem operacional R\$ 261,1 milhões, revertendo a situação observada em 31 de dezembro de 2010.

Estrutura de Capital	Sigla	Banco	
		Mar/2011	Dez/2010
1 Patrimônio de Referência	PR	<u>1.902.929</u>	<u>(888.755)</u>
1.1 Nível I	PR I	1.268.627	(888.755)
1.2 Nível II	PR II	634.302	
2 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.194.545	1.315.898
3 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	32.020	38.977
4 Parcela do Risco Operacional	POPR	324.901	<u>348.567</u>
5 Parcela de ações	PACS	<u>5.063</u>	
6 Patrimônio de Referência Exigido (2+3+4+5)	PRE	1.556.529	1.703.442
7 Parcela do Risco das Posições <i>Banking</i>	RBAN	<u>85.321</u>	<u>75.421</u>
8 Valor da Margem (1 – 5 – 6)		<u>261.078</u>	<u>(2.667.618)</u>
Índice de Basiléia (1 x 100) / (6 / 0,11)		13,45%	(5,74%)

34. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

As instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN, os quais são definidos e autorizados pela Administração. As operações e seus respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

- Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com

intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

- Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking), conforme as determinações da Instrução CVM nº 475/08. Os resultados reproduzem os potenciais impactos das exposições financeiras das Carteiras (principalmente do fator taxa de juros), em situação de estresse. Entretanto, não implicam necessariamente em realização de prejuízo financeiro ou contábil para o Conglomerado, porque os instrumentos financeiros (principalmente as operações de crédito) classificados nas carteiras Trading, assim como os instrumentos da carteira Banking, que não podem ser negociados. Estas características, no entanto, não mitigam o fator de risco taxa de juros. Para o controle de sua liquidez e do risco de mercado, a instituição realiza operações de cessões de créditos para outras instituições financeiras, em caráter definitivo. Esta estratégia determina a classificação de parcela substancial das operações de crédito na Carteira Trading, atendendo as normas do Banco Central que prevêem a intenção de negociação. Como resultado desta classificação o montante do Capital Exigido para o risco de mercado é majorado.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários abaixo, e não consideram os seus efeitos sobre a Provisão para Imposto de Renda, sempre considerando que estes impactos afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: com base nas informações de mercado de 31.03.2011 (BM&F Bovespa), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,61; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 12,30% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 3,20%, e o cupom do IPCA de 1 ano foi de 5,90% a.a.;

Cenário 2: foram determinados choques de 25% nos preços e taxas com base no mercado de 31.03.2011. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,22; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 15,36% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 3,99%; e a taxa do cupom IPCA de 1 ano foi de 4,43% a.a.;

Cenário 3: foram determinados choques de 50% nos preços e taxas com base no mercado de 31.03.2011. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 0,81; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 18,43% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 4,79%; e a taxa do cupom de IPCA de 1 ano foi de 2,96% a.a..

Análise de Sensibilidade em 31 de março de 2011

Fator de Risco	<u>Carteira Trading e Banking</u> <u>Exposições sujeitas a variações</u>	Cenários		
		Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	De taxa de juros prefixada (aumento)	(733)	(218.099)	(411.067)
Moeda Estrangeira	Cambial (redução)	(339)	(8.470)	(16.939)
Cupom Cambial	De taxas de cupons de dólar (aumento)	(24)	(3.406)	(6.360)
Cupom de índices de preços	De taxas de cupons de índices de preços (redução)	(149)	(24.360)	(51.272)
Ações	De preços de ações (redução)	<u>(316)</u>	<u>(7.912)</u>	<u>(15.823)</u>
Total		<u>(1.561)</u>	<u>(262.247)</u>	<u>(501.461)</u>

Análise de Sensibilidade em 31 de dezembro de 2010

Fator de Risco	<u>Carteira Trading e Banking</u> <u>Exposições sujeitas a variações</u>	Cenários		
		Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	De taxa de juros prefixada (aumento)	(674)	(191.704)	(363.249)
Moeda Estrangeira	Cambial (redução)	(667)	(16.665)	(33.331)
Cupom Cambial	De taxas de cupons de dólar (redução)	(46)	(5.984)	(11.229)

Cupom de índices de preços	De taxas de cupons de índices de preços (redução)	<u>(86)</u>	<u>(12.333)</u>	<u>(23.974)</u>
Total		<u>(1.473)</u>	<u>(226.686)</u>	<u>(431.783)</u>

35. EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras nos períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

<u>Passivos – Dólar</u>	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	810.094	849.079
Dívida subordinada	<u>1.027.047</u>	<u>1.066.032</u>
Total	<u>1.837.141</u>	<u>1.915.111</u>

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Banco e Consolidado			
	Valor de referência		Saldo contábil	
	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
<u>Ativos – dólar</u>				
Swap	<u>1.874.734</u>	<u>1.909.963</u>	<u>1.922.543</u>	<u>1.956.618</u>
Total	<u>1.874.734</u>	<u>1.909.963</u>	<u>1.922.543</u>	<u>1.956.618</u>

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 16.439 (R\$20.062 em 31 de dezembro de 2010).
- O resultado não operacional compõe-se de prejuízo na venda de bens não de uso próprio no montante de R\$36.844 no Banco e R\$ 36.208 no Consolidado.
- O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.
- Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o Banco e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias.
- Receitas de prestação de serviços, referem-se, basicamente, a rendas de cartões no montante de R\$ 31.303 no Banco e no Consolidado.

37. EVENTO SUBSEQUENTE

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o cancelamento da distribuição dos juros sobre o capital próprio (“JCP”), no valor bruto total de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), que seriam pagos até 30 de abril de 2011, conforme deliberado, ad referendum da Assembléia Geral, na Reunião do Conselho de Administração datada de 30 de junho de 2010.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$ 4.300.000.000,00 (quatro bilhões e trezentos milhões de reais)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

**Banco Panamericano S.A. e
Banco Panamericano S.A. e suas
controladas**

**Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2011
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas
Banco Panamericano S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendendo os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, não foram apresentadas as informações contábeis intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2010, compreendendo as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, dado não ter sido praticável, nas circunstâncias, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Entretanto, as normas da Comissão de Valores Mobiliários que regem a elaboração das Informações Trimestrais - ITR requerem que as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa sejam elaboradas de forma comparativa com igual trimestre do exercício anterior.

Banco Panamericano S.A.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pela não apresentação das informações intermediárias comparativas mencionadas no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, existem em 31 de março de 2011 créditos tributários ativos reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que inclui estudo dos cenários atual e futuro de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e empresas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pela não apresentação das informações intermediárias comparativas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Banco Panamericano S.A.

Auditoria de informações comparativas

As informações intermediárias mencionadas no parágrafo de introdução incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, obtidas das demonstrações financeiras do período findo naquela data. O exame das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2010 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram opinião com ressalva quanto à ausência de apresentação de demonstrações financeiras comparativas e ênfase quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo de ênfase acima, com data de 14 de fevereiro de 2011.

São Paulo, 16 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0